



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Licenciatura em Tecnologia
Educativa
Licenciatura**

2022

IDENTIFICAÇÃO

Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola
Reitora

Prof. Dr. Marcus Vinicius Marques de Moraes
Vice-Reitor

Prof. Me. Jamis Antonio Piazza
Pró-Reitor de Administração

Prof. Dr. Romeu Hausmann
Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

Profa. Dra. Michele Debiasi Alberton
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS

Campus 1 – Sala I 202 / Telefone: (47) 33210253 / E-mail: cceal@furbr.br

Diretor: Profa. Ma. Carla Fernanda Nolli

Vice-Diretor: Prof. Dr. Tiago Pereira

CURSO DE LICENCIATURA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Comissão de elaboração:

Núcleo Docente Estruturante:

- Karla Lucia Bento – Departamento de Educação – Presidente;
- Arleide Rosa da Silva – Departamento de Química;
- Clarissa Josgrilberg Pereira – Departamento de Comunicação;
- Cynthia Bailer – Departamento de Letras;
- Maurício Capobianco Lopes – Departamento de Computação;
- Vera Lucia Simão – Departamento de Educação.

Colegiado de Curso:

- Karla Lucia Bento – Departamento de Educação – Presidente;
- Anne Caroline Peixer Abreu – Departamento de História;
- Arleide Rosa da Silva – Departamento de Química;
- Clarissa Josgrilberg Pereira – Departamento de Comunicação;
- Cynthia Bailer – Departamento de Letras;
- Rafael José Bona – Departamento de Comunicação;
- Vera Lucia Simão – Departamento de Educação.

LISTA DE SIGLAS

- AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEI – Centro de Educação Infantil
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
EAD – Educação a Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NGE – Núcleo de Gestão de Estágios
NInc – Núcleo de Inclusão
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB
PCC – Prática como Componente Curricular
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Detalhamento do curso	13
Quadro 2 – Processos de ingresso no ensino superior na FURB	14
Quadro 3 – Componentes que integram extensão	22
Quadro 4 – Projetos de Extensão.....	23
Quadro 5 – Professores e pesquisas com/sobre as tecnologias	24
Quadro 6 – Síntese dos modelos de disciplinas praticadas na FURB	37
Quadro 7 – Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais	38
Quadro 8 – Distribuição da carga horária dos cursos de licenciatura	39
Quadro 9 – Disciplinas do EAL	41
Quadro 10 – Disciplinas Complementares e dos temas transversais escolhidas pelo curso	41
Quadro 11 – PCC nos Componentes Curriculares	45
Quadro 12 – Disciplina na modalidade a Distância	48
Quadro 13 – Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares.....	51
Quadro 14 – Regime concentrado ou aulas aos sábados	52
Quadro 15 – Matriz Curricular	53
Quadro 16 – Resumo geral da Matriz Curricular	56
Quadro 18 – Listagem dos componentes curriculares novos	88
Quadro 19 – Estudantes por turma	96
Quadro 20 - Laboratórios Didáticos	97

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CONTEXTO EDUCACIONAL	9
2.1	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	9
2.2	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	10
2.3	DADOS GERAIS DO CURSO	13
2.4	FORMAS DE INGRESSO	14
2.5	OBJETIVOS DO CURSO	15
2.5.1	Objetivo Geral	15
2.5.2	Objetivos Específicos	15
2.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	16
3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
3.1	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	18
3.1.1	Ensino	18
3.1.2	Extensão	21
3.1.3	Pesquisa	24
3.2	APOIO AO DISCENTE	25
3.2.1	Acesso e Inclusão	25
3.2.2	Provas de Suficiência.....	28
3.2.3	Aproveitamento de Estudos	28
3.2.4	Estudos Complementares	28
3.2.5	Monitoria	29
3.2.6	Participação e Representação Estudantil	29
3.2.7	Internacionalização e Mobilidade.....	29
3.2.8	Idiomas sem Fronteiras.....	32
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	32
4.1	METODOLOGIA.....	32
4.2	ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM	36
4.3	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
4.4	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
4.5	ESTÁGIO	43
4.6	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	45
4.7	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	46
4.8	COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)	47
4.9	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	48
4.10	REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS.....	51

4.11	SAÍDAS A CAMPO.....	52
4.12	ESTRUTURA CURRICULAR.....	53
4.12.1	Matriz curricular.....	53
4.12.2	Pré-requisitos.....	57
4.12.3	Detalhamento dos componentes curriculares.....	57
5	DEPARTAMENTALIZAÇÃO.....	88
6	CORPO DOCENTE.....	88
6.1	PERFIL DOCENTE.....	88
6.2	FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	89
7	ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	90
7.1	COORDENADOR.....	90
7.2	COLEGIADO.....	90
7.3	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	90
8	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	91
9	AVALIAÇÃO.....	91
9.1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	91
9.2	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	93
9.2.1	Avaliação institucional.....	93
9.2.2	Avaliação externa.....	94
9.2.3	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.....	95
9.3	AVALIAÇÃO DO PPC.....	95
9.4	AVALIAÇÃO DOCENTE.....	95
10	INFRAESTRUTURA.....	96
10.1	NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA 96	
10.2	ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO.....	97
10.3	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS.....	97
10.4	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	99
10.5	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	100
10.6	BIOTÉRIO.....	100
10.7	PROTOCOLO DE EXPERIMENTOS.....	100
10.8	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	100
10.9	COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA).....	100

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso – PPC referente à Licenciatura em Tecnologia Educacional, está vinculado ao Edital SED nº 1651/2022, de 7 de julho de 2022 que apresentou como objetivo “Definir as condições de credenciamento de IES para adesão e oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial, a fim de atender o que preconiza a meta 15 do Plano Estadual de Educação (2015-2024), por meio de bolsa de estudo do UNIEDU.” (Santa Catarina, 2022, p. 18). A meta 15 do referido plano estabelece:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo Poder Público, de periódica participação em cursos de formação continuada. (Santa Catarina, PEE, 2015-2024, p. 28).

O referido edital orientou o município de oferta, o número de vagas e a modalidade, além de critérios que as IES deveriam cumprir para submeter o projeto. A partir do acesso ao Edital, a FURB constituiu um grupo de trabalho para elaborar uma proposta considerando a infraestrutura existente, principalmente de Laboratórios como LIFE e EFEX, e a expertise de professores que atuam e pesquisam o uso de tecnologias e metodologias ativas na educação. Além disso, foi considerada também a relação que a FURB já tem com a educação básica por meio de diversos projetos de pesquisa e extensão, programas como PIBID, PARFOR, PROESDE, PRODOCÊNCIA, e por meio dos estágios que os cursos de licenciatura realizam majoritariamente com a rede pública.

A FURB, atendendo aos critérios do Edital, submeteu o projeto e teve deferimento para a oferta que iniciou no segundo semestre de 2022. De forma geral, a proposta enviada à SED organiza o currículo integralizando a carga horária em quatro anos, conforme prazo estabelecido no edital da SED. Este currículo integra componentes curriculares do Eixo Articulador das Licenciaturas, conforme Resolução FURB nº 51/2020, que corresponde ao que preconiza a Resolução BNC-Formação CNE nº 2/2019; componentes específicos da área; atividades complementares; estágio obrigatório; TCC e curricularização da extensão.

A proposta também estabeleceu diálogo com a BNCC e as competências descritas para a educação básica, em especial àquelas voltadas ao uso das tecnologias, bem como com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB (Resoluções FURB

nº201/2017, nº68/2018, nº51/2020 e nº61/2021) e Política de Estágios (Resolução FURB nº89/2018).

O mérito do projeto enviado à SED foi avaliado e a FURB teve a proposta aprovada, iniciando a oferta do curso em 2022/2. Assim, o PPC que agora apresentamos corresponde ao projeto aprovado pela SED, incorporando ao texto as informações pertinentes ao contexto educacional de oferta do curso, políticas institucionais, organização didático pedagógica, corpo docente, administração do curso, corpo técnico administrativo, avaliação e infraestrutura.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, embrião da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região.

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de

ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do Ministro da Educação, Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da FURB (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito Municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Passadas quase seis décadas de existência, a FURB é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado mais de 50 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história, no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

2.2 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

De forma geral, o uso de tecnologias tem permeado os processos educacionais há algum tempo. Mesmo que por anos a escola tenha se pautado no falar do professor e na escuta atenta do aluno, tecnologias foram inseridas tais como o livro, o quadro negro, o caderno, o lápis, entre outras ferramentas, de modo que ambos, professor e estudantes, pudessem se apoiar em mais possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem. Tradicionalmente, esses recursos se materializaram em textos, imagens e objetos em uma relação uso daquilo que se apresentava pronto, estático.

A evolução social e tecnológica recente fez com que, gradativamente, passássemos da denominada sociedade industrial para novas terminologias como sociedade da informação ou sociedade em rede ou sociedade do conhecimento, cuja economia foi migrando cada vez mais para o mundo digital. Ao incorporar os avanços tecnológicos, a sociedade vem modificando o

seu modo de ser, de estar, de se relacionar, de consumir e de compartilhar, impactando diretamente em sua cultura, cada vez mais digital. As comunicações são mais rápidas, o uso de recursos para além do texto como áudios e vídeos são cada vez mais comuns, a navegação hipermídia e os conteúdos resumidos na internet fazem com que cada vez mais tenhamos mais informações e menos tempo disponível para analisá-las e compreendê-las. Essa nova relação da sociedade com o mundo impacta a escola que precisa adaptar-se e atualizar seus processos educacionais de modo a compreender e oferecer alternativas e respostas a professores e estudantes sobre como lidar com esse novo contexto. Assim, ao formarmos um professor, precisamos lidar permanentemente com a dimensão tecno-pedagógica sobre o conteúdo.

Preocupado com esse contexto, o governo do Estado de Santa Catarina lançou o Edital 1651/SED/2022, de modo a oferecer qualificação para os profissionais que desejam compreender e utilizar tecnologias educacionais que estejam aderentes ao contexto e ao modo de viver contemporâneo. A oferta de formação por meio de um curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional em todas as regiões do Estado demonstra esse compromisso.

De fato, a preocupação com a adequada inserção das tecnologias nos processos educacionais foi apontada de modo explícito nos últimos documentos que orientam a educação no Brasil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) aponta a necessidade de formação de cidadãos com uma competência específica sobre a questão das tecnologias, a competência 5:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2018, p. 9).

A tecnologia também é citada explicitamente na competência 2: “[...] criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.” (Brasil, 2018, p. 9), além de permear todas as demais na medida em que, como destacado anteriormente, impacta nas relações, saberes e fazeres sociais, o que inclui a escola. As possibilidades de seu uso transversalizam todo o documento, desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio.

Essas mesmas competências são citadas no documento do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – caderno 1 (Santa Catarina, 2019), associadas não apenas à formação geral, mas também aos itinerários formativos e projeto de vida. Além disso, o documento do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019) destaca sobre a necessidade de inserir reflexões e aportes sobre tecnologias para as aprendizagens nos projetos político-pedagógicos das escolas,

indicando a leitura do material do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), o qual traz orientações para a inserção de tecnologias e computação na Educação Básica.

Ainda complementando os dispositivos que norteiam as práticas na Educação Básica, BNC-Formação (Brasil, 2019), listou, como competência geral docente:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. (Brasil, 2019, p. 13).

O mesmo documento destaca, entre outras questões apontadas sobre a necessidade do uso intensivo das tecnologias por parte dos professores, a necessidade de:

[...] utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa;
Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino;
[...] promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
(Brasil, 2019, p. 17-19).

Esse contexto, já vem sendo pauta de discussão e contribuição da FURB há alguns anos. Ainda em 2005, a instituição lançou o curso de Licenciatura em Computação, implantado com uma matriz curricular que observava os requisitos mínimos recomendados pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e atendia as diretrizes curriculares propostas pelo MEC.

Em 2012, participou do edital da CAPES para a criação de Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE). Tal espaço permanece ativo, também tendo sido financiado com recursos da FAPESC, e promove discussões sobre métodos ativos e tecnologias na educação, seja em cursos de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e programas de extensão em parceria com as redes de ensino. Em 2018, foi implantado na Universidade, um Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores (EFEX), seguindo o modelo proposto pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2018). Neste espaço, que conta com equipamentos como notebooks, tablets, impressora 3D, cortadora a laser entre outros recursos, ferramentas e maquinários, são oferecidas formações para os professores das redes de ensino da região, contemplando questões relacionadas a métodos ativos, pensamento computacional, educação mão na massa, entre outros. Além disso, a FURB já havia sido contemplada em editais anteriores do FUMDES para a oferta do curso de Inovação na Educação, em nível de especialização, e conta com uma linha de pesquisa sobre Mídias e Tecnologias de Ensino em um de seus programas *strictu sensu*.

Nesse sentido, e considerando a longa jornada de oferta de cursos de formação de

professores, seja em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado, bem como em formações oferecidas em parcerias com as redes de ensino da região, a FURB estrutura esse PPC evidenciando as condições para qualificar um novo profissional para o mundo do trabalho que esteja efetivamente preparado e com as competências necessárias para transformar e qualificar a educação do Estado de Santa Catarina.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

O Quadro 1 apresenta os dados gerais do curso.

Quadro 1 –Detalhamento do curso

Nome do Curso	Licenciatura em Tecnologia Educacional	
Grau	Licenciatura	
Modalidade (Presencial ou a distância)	Presencial	
Titulação conferida	Licenciado	
Turno de funcionamento	Noturno de segunda a sexta, sábados matutino e períodos concentrados diurnos	
Regime letivo	Semestral	
Regime de matrícula	Por componente curricular	
Vagas para ingresso (Resolução nº64/2016)	Anual: 30, conforme edital	
	1º semestre: 30	
Carga horária do curso (em horas aula - h/a e em horas relógio - h)	Hora aula:	3870
	Hora relógio:	3225
Duração do curso	4 anos	
Carga horária de estágio obrigatório	Hora aula:	486
	Hora relógio:	405
Carga horária das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs)	Hora aula:	180
	Hora relógio:	150
carga horária do trabalho de conclusão de curso (TCC)	Hora aula:	216
	Hora relógio:	180
Carga horária de extensão	Hora aula:	396
	Hora relógio:	330
Carga horária em EaD	Hora aula:	360
	Hora relógio:	300
Tempo mínimo de integralização	Indicar em anos 4	
Tempo máximo de integralização	Indicar em anos 4	
Organização curricular	Eixos	
Endereço	Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca 89030-903 - Blumenau - SC	

Fonte: NDE (2023).

2.4 FORMAS DE INGRESSO

Os processos de ingresso nos cursos de graduação da FURB são regulamentados por editais que exigem, entre outras coisas, a conclusão do ensino médio ou equivalente, por parte do candidato. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, conforme abaixo:

Os processos de ingresso nos cursos de graduação da FURB são regulamentados por editais que exigem, entre outras coisas, a conclusão do ensino médio ou equivalente, por parte do candidato. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Processos de ingresso no ensino superior na FURB

forma de ingresso	descrição	regulamentação
Vestibular	Destinado ao portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo que a classificação se dá a partir do desempenho em prova aplicada pela ACADEMIA DE ACESSO À FURB (ACAFE).	Edital ACADEMIA DE ACESSO À FURB (ACAFE)
ENEM	Destinado ao portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo que a classificação se dá a partir dos resultados constantes no boletim de desempenho do ENEM.	Edital ENEM
Histórico Escolar	Destinado ao portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo que a classificação se dá a partir da média aritmética das notas de determinadas áreas de conhecimento do ensino médio.	Edital Histórico Escolar
Acesso FURB	Destinado ao portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo que inscrição e matrícula se dão por ordem de chegada, em cursos com vagas não preenchidas pelos processos seletivos Vestibular, ENEM, Histórico Escolar.	Edital Acesso FURB
Reingresso	Destinado ao estudante da FURB sem vínculo ativo que deseja retomar os estudos no mesmo curso em que esteve matriculado.	Edital Diplomado, Reingresso e Transferências
Reingresso por transferência interna	Destinado ao estudante da FURB sem vínculo ativo que deseja retomar os estudos em outro curso diferente daquele em que esteve matriculado.	Edital Diplomado, Reingresso e Transferências
Transferência Externa	Destinado ao estudante com matrícula ativa em curso de graduação de outra IES que deseja ingressar em um dos cursos de graduação oferecidos pela FURB.	Edital Diplomado, Reingresso e Transferências

forma de ingresso	descrição	regulamentação
Certidão de Estudos	Destinado ao estudante sem matrícula ativa em curso de graduação em outra IES e que desejam ingressar em um dos cursos de graduação oferecidos pela FURB.	Edital PROEN/Solicitação de Vaga
Transferência Interna	Destinado ao estudante regularmente matriculado ou com matrícula trancada em um curso de graduação da FURB que deseja trocar de curso (ou turno).	Edital Diplomado, Reingresso e Transferências
Diplomado	Destinado ao portador de diploma de curso de graduação devidamente reconhecido que deseja ingressar em outro curso de graduação, sem necessidade de realizar novo vestibular.	Edital Diplomado, Reingresso e Transferências
Aluno Especial	Destinado ao portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente ou de diploma de curso de graduação devidamente reconhecido, interessado em cursar disciplinas isoladas dos cursos de graduação da FURB, para complementação ou atualização de conhecimentos. O aluno especial obtém certificado de aprovação nas disciplinas aprovadas, não caracterizando vínculo com nenhum curso de graduação.	Resolução FURB n°129/2001, Art. 54 Edital FURB Plus

Fonte: DRA (2022).

Especificamente para os cursos ofertados no âmbito dos editais FUMDES, como a Licenciatura em Tecnologia Educacional, os critérios a serem estabelecidos no edital de seleção dos candidatos foram definidos em atendimento às legislações vigentes e ao que foi definido no Edital de credenciamento para oferta dos cursos, publicado pela SED. O processo seletivo para os candidatos à bolsa foi regulamentado por meio de Edital Específico, sob a responsabilidade da FURB.

2.5 OBJETIVOS DO CURSO

2.5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais que desenvolvam saberes e competências quanto ao uso de tecnologias educacionais em suas práticas educativas em uma perspectiva crítica, reflexiva, responsável e inovadora, considerando pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a ação docente contemporânea.

2.5.2 Objetivos Específicos

- a) Fomentar o uso de métodos de ensino e aprendizagem que promovam a

- interdisciplinaridade e o protagonismo dos estudantes de modo autônomo e colaborativo, instigando-os a relacionar seus conhecimentos com problemas reais.
- b) Promover a reflexão crítica sobre os princípios da cultura digital e suas implicações nos processos educativos, conhecendo, refletindo e desenvolvendo práticas educacionais que promovam a inclusão e a igualdade e que propiciem a autoria e a colaboração considerando diferentes contextos e situações.
 - c) Formar sujeitos literatos digitalmente em condições de aprender a aprender sobre as tecnologias educacionais, inserindo-as em seus processos em ambientes educacionais diversos de modo colaborativo e responsável.
 - d) Garantir a compreensão sobre concepções, abstrações e práticas relacionadas ao pensamento computacional, programação de computadores e educação mão na massa, promovendo a organização, criatividade e a inovação nos diferentes espaços educacionais.
 - e) Analisar os planos educacionais para a educação, os dispositivos legais, as normativas curriculares, sobretudo relacionadas à Base Nacional Comum Curricular e ao Currículo Base do Território Catarinense, refletindo sobre as políticas e possibilidades de ações para sua concretização.
 - f) Envolver os estudantes em ações de pesquisa e extensão universitária de modo a reconhecer problemas, investigá-los e apresentar propostas de soluções, com base no uso seguro e intensivo de tecnologias.
 - g) Discutir a atuação do profissional de forma ética e comprometida com a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária, demonstrando consciência sobre a diversidade e respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, das deficiências e dos diversos modos de ser e viver.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do Curso de Tecnologia Educacional - Licenciatura desenvolverá um conjunto de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções) decorrentes da apropriação de conhecimentos teórico-práticos interdisciplinares, cuja consolidação será proporcionada no exercício da docência, de modo a ampliar a sua capacidade de reflexão, de crítica, de atuação em diferentes ambientes e em situações complexas e diversas no uso de recursos tecnológicos em suas práticas docentes, sendo um sujeito ativo e protagonista em seu próprio percurso de aprendizagem.

O egresso do curso de licenciatura em Tecnologia Educacional – Licenciatura deverá estar apto a:

- a) promover a utilização de recursos tecnológicos educacionais de modo responsável, discutindo sobre sua aplicabilidade e eficácia em ambientes educacionais diversos;
- b) refletir criticamente sobre os princípios da cultura digital e suas implicações nos processos educativos de forma alteritária e colaborativa;
- c) conhecer, refletir e desenvolver práticas educacionais aderentes aos princípios da cultura digital que promovam a inclusão e a igualdade, que propiciem a autoria e a colaboração considerando diferentes contextos e situações;
- d) ampliar suas habilidades de literacia digital desenvolvendo sua autonomia e protagonismo na utilização e aplicação desses recursos de forma segura e ética;
- e) apropriar-se de concepções e abstrações sobre pensamento computacional, programação de computadores e educação mão na massa mobilizando e atuando de forma colaborativa e discutindo sobre sua aplicabilidade e eficácia em ambientes educacionais diversos;
- f) modelar e/ou prototipar softwares educativos, jogos ou outros recursos educacionais para o desenvolvimento de práticas educacionais aderentes ao contexto e à realidade dos estudantes;
- g) engajar-se de forma respeitosa e afetuosa em debates e trocas de experiências sobre recursos tecnológicos para a efetiva transformação dos espaços educacionais em ambientes de criatividade e inovação, conhecendo suas potencialidades e riscos;
- h) analisar contextos educacionais, adaptando-se e sendo flexível na aplicação de propostas educacionais baseadas no uso de recursos educacionais digitais;
- i) conhecer métodos e recursos que permitam desenvolver ações inovadoras na educação que tenham como objetivo garantir a aprendizagem ativa e significativa dos estudantes;
- j) (re)criar ambientes, espaços e relações que favoreçam o protagonismo e a autonomia discente.
- k) planejar e executar estratégias de ensino que favoreçam a integração entre conteúdos e problemas reais, trazendo sentido, alegria e estímulo para a experiência de aprender;
- l) compreender as relações entre os diferentes tipos de conhecimento, fomentando práticas interdisciplinares mediadas por recursos tecnológicos;

- m) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
- n) trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos nas diferentes etapas e modalidades de educação básica;
- o) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual, classe, das deficiências e dos diversos modos de ser e viver;
- p) realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a disseminação de conhecimentos;
- q) envolver-se em projetos de extensão universitária, (re)conhecendo contextos e contribuindo para a solução de problemas;
- r) compreender criticamente os dispositivos legais e as normativas curriculares enquanto componentes fundamentais para o exercício da docência.

Para a constituição desse perfil, se identifica a necessidade de ampliar, aprofundar e integrar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação, promovendo uma maior integração entre a graduação, a pós-graduação e a comunidade, especialmente a Educação Básica, assim como qualificar e visibilizar institucionalmente o processo formador desenvolvido e oportunizado ao longo do curso.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Ensino

Conforme disposto no PDI (FURB, 2022-2026), visando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, as ações pedagógicas dos cursos de graduação da FURB têm como princípios:

- a) formação crítica: visando um ensino de graduação que promova a formação de um sujeito crítico e reflexivo capaz de ser agente de transformações sociais;
- b) inclusão social e respeito à diversidade humana: partindo do pressuposto de que todos devem ter oportunidades de desenvolvimento e formação, busca-se com esse

princípio a construção de uma sociedade que respeite o ser humano e sua individualidade e pluralidade;

- c) responsabilidade social e ambiental: a fim de levar o indivíduo a avaliar continuamente as consequências diretas e indiretas de suas ações sobre o meio ambiente, quer seja o uso abusivo de recursos naturais, o uso de produtos tóxicos, a poluição do ar, da água ou do solo, quer seja a depredação de ecossistemas e de paisagens;
- d) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: objetivando a oportunidade de uma aproximação entre a universidade e sociedade e uma aprendizagem baseada na resolução de problemas reais através da interação com a comunidade, bem como a transformação da realidade social.

Além disso a organização deste PPC contempla as seguintes diretrizes:

- a) aprendizagem como foco do processo;
- b) educação integral;
- c) flexibilização curricular;
- d) relação com a comunidade;
- e) tecnologia;
- f) interdisciplinaridade;
- g) articulação teórico-prática;
- h) articulação com os temas transversais contemporâneos;
- i) formação linguística;
- j) internacionalização e inovação.

O presente PPC foi construído com amparo nesses princípios e diretrizes e pretende-se, assim, promover a formação integral do estudante como profissional e cidadão. A **formação crítica** ocorre ao longo do curso por meio da constante relação entre teoria e prática, por meio da qual os estudantes podem observar os contextos sociais concretos, orientados pelos fundamentos teóricos, para compreender criticamente estes contextos e atuar promovendo transformações positivas na sociedade, principalmente por meio das ações de extensão. Visando promover a **inclusão social e o respeito à diversidade humana**, o currículo conta com componentes que abordam, de forma teórica e prática, fundamentos e ações para dirimir as desigualdades, principalmente em relação ao acesso aos recursos tecnológicos. Além de componentes específicos que abordam a educação especial na perspectiva da inclusão e a diversidade sociocultural presente em nossa sociedade, valorizando diferentes saberes e

culturas, o curso busca desenvolver práticas por meio dos estágios e dos projetos de extensão que sejam efetivamente inclusivas. A **responsabilidade social e ambiental** está contemplada em componente específico, estando presente também de forma transversal, buscando desenvolver e consolidar atitudes de cuidado e respeito com o meio ambiente e com aqueles e aquelas que nele habitam. Por fim, o princípio da **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** se consolida a cada semestre com o projeto integrador que busca identificar um problema real, analisando contextos concretos e propondo soluções fundamentadas nos componentes curriculares de cada fase. Além disso, ao final do curso, por meio do Trabalho de Conclusão de Curso, os estudantes poderão materializar todos os princípios, produzindo trabalhos científicos reflexivos e conectados com a realidade.

Em relação às diretrizes de ensino, todo o currículo está organizado tendo a **aprendizagem como foco do processo**, pois é o estudante o protagonista das ações concretas. Esta forma de organização leva, conseqüentemente, à **educação integral** que visa o desenvolvimento do sujeito como um todo, buscando, além de conhecimentos, o desenvolvimento de atitudes condizentes com seus contextos de atuação. A **flexibilização curricular** ocorre, principalmente, por meio do Projeto Integrador, dos Projetos de Extensão e do TCC que permitem aos estudantes colocarem foco nos aspectos que se destacam a cada fase do processo formativo. Além desses componentes, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver atividades extraclasse que são computadas na carga horária, bem como a valorização da ampliação de seus repertórios científico-culturais por meio das AACCs. Tanto os projetos de extensão quanto os estágios estreitam a **relação com a comunidade**, assim como a participação de eventos. A **tecnologia**, enquanto diretriz de ensino, compõe a essência do curso, voltado exatamente para formação de professores e professoras para atuarem com as tecnologias educacionais. Assim, durante todo o processo formativo, os estudantes fundamentam, problematizam, utilizam, criam tecnologias voltadas ao campo da educação. Da segunda até a sétima, compõe o currículo do curso, o componente Projeto Integrador que tem, por princípio, promover o diálogo entre os diferentes componentes, culminando em um projeto de extensão que mobilize diferentes saberes e conhecimentos adquiridos no decorrer do processo formativo, promovendo a **interdisciplinaridade**. Esta interdisciplinaridade ocorre também nos estágios quando é necessário mobilizar todos os conhecimentos para a realização das práticas. Além dos estágios e do projetos de extensão que têm por premissa a **articulação teórico-prática**, o currículo é permeado pela Prática como Componente Curricular – PCC, cuja carga horária integra a parte prática aos fundamentos teóricos de vários componentes ao longo

do curso. Em consonância com os princípios acima destacados, o currículo do curso busca a articulação com os **temas transversais contemporâneos**, seja por meio de componentes específicos que discutem meio ambiente, direitos humanos, diversidade, inclusão, seja por meio das ações de estágio e extensão cujas propostas estão, de forma direta ou indireta, atravessadas por esses temas. Ao longo do curso os estudantes têm diversas experiências de **formação linguística** por meio da produção de diferentes gêneros textuais, incluindo os que utilizam as tecnologias como suporte, bem como apresentações orais em seminários de socialização de suas produções. Devido à especificidade de oferta do curso como turma única com tempo de integralização imposto pelo Edital de origem, a **internacionalização** fica direcionada ao contato com produções e autores estrangeiros. Já a **inovação**, direcionada aqui ao campo da educação, é uma busca constante ao longo de todo o processo formativo e uma presença da mesma forma constante na materialização das propostas de práticas de estágio e extensão, majoritariamente, mas não exclusivamente.

3.1.2 Extensão

Na FURB, a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, econômico e tecnológico, que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, que promove a interação transformadora entre a FURB e os setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento (FURB, 2022-2026).

As atividades de extensão estão computadas em disciplinas específicas ao longo do curso que preveem a inserção do conteúdo na educação básica, perfazendo horas de Prática como Componente Curricular; horas de atividades extraclasse, bem como na disciplina de Projeto Integrador, presente a partir da segunda fase e que tem por objetivos identificar problemas reais e articular os conhecimentos de cada fase, aplicando uma ação prática interdisciplinar na busca de impactar socialmente aquela realidade. Esta forma de organização está prevista na Resolução CNE/CEB 7 de 2018, que institui as Diretrizes Para Extensão na Educação Superior Brasileira, no seu Art. 8º, alíneas II e III e segue também as orientações no âmbito institucional na regulamentação das atividades de extensão da FURB, Resolução FURB nº 99/2019, assim como com a Instrução Normativa PROEN n. 01/2020 que prevê:

Art. 2º Os cursos deverão indicar em seu PPC a forma de organização escolhida, dentre as estratégias descritas na Resolução FURB nº 99/2019:

- (a) como parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo;

- (b) com a inclusão de componentes curriculares de extensão;
 (c) com a combinação das estratégias descritas nas alíneas (a) e (b).
 (FURB, 2020, p. 1-2).

Esta forma de organização da extensão como parte das disciplinas ou como uma disciplina completa (vide quadro a seguir) possibilita o acompanhamento do professor na elaboração e avaliação do projeto, conforme previsto nos respectivos planos de ensino, em consonância com a compreensão de extensão como “[...] intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante [...]”. (Brasil, 2018). Os componentes curriculares que integralizam a extensão estão disponíveis no Quadro 3.

Quadro 3 – Componentes que integralizam extensão

Componentes curriculares com extensão	Fase	Teórica	Prática	EC	Total	Ext.
Projeto Integrador I	II	0	36	0	36	36
Projeto Integrador II	III	0	36	0	36	36
Gamificação e Jogos na Educação	IV	54	18	0	72	18
Pensamento computacional	IV	54	18	0	72	18
Projeto Integrador III	IV	0	36	0	36	36
Softwares Educacionais	V	54	18	0	72	18
Aprendizagem baseada em projetos	V	72	0	18	90	18
Projeto Integrador IV	V	0	36	0	36	36
Programação para Arduino	VI	54	18	0	72	18
Acessibilidade e tecnologias assistivas	VI	54	18	0	72	18
Projeto Integrador V	VI	0	36	0	36	36
Design Thinking	VII	36	0	18	54	18
Educação Maker e Aprendizagem Criativa	VII	54	18	0	72	18
Projeto Integrador VI	VII	0	36	0	36	36
Educação Maker e Steam	VIII	90	18	18	126	36
Total						396

Fonte: Elaborado pelo NDE

Essa organização vai ao encontro do que prevê o PDI (FURB, 2022-2026) em relação à curricularização da extensão como estímulo à formação integral no campo profissional e social, desenvolvendo senso crítico e criativo, assumindo-se como corresponsável por ações transformadoras da realidade social. Isso porque, “O estudante, na relação com a ação extensionista, enfrenta situações reais e complexas da sociedade, participando ativamente na organização e aplicação de ações na comunidade que potencializam as competências em relação ao papel social como estudante e profissional.” (FURB, 2022-2026, p. 116).

Importante destacar que, pela própria característica, o curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional, possui a potência de mobilizar conhecimentos em relação ao uso das tecnologias como possibilidade de promover, junto à sociedade, em especial a educação básica,

o desenvolvimento da competência de:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2018, p. 9).

Assim, o curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional, pretende, por meio das ações de extensão, contribuir com as escolas de educação básica na consolidação da competência acima descrita, bem como com o objetivo 9 do PDI (FURB, 2022-2026) de “Ampliar, aprofundar e valorizar as ações de extensão na Universidade e na comunidade, inserindo e valorizando as atividades na carreira docente” e suas respectivas metas. (FURB, 2022-2026, p. 136).

No Quadro 4, relacionamos as atividades de extensão desenvolvidas por professores com atuação no curso.

Quadro 4 – Projetos de Extensão

Docentes	Projetos	Referência
Arleide Rosa da Silva Maurício Capobianco Lopes	HABITAT: Educação Científica, Inovação e Meio Ambiente	SIPEX 711/2021
Clarissa Josgrilberg Pereira	Projeto Focus 2022/2023	SIPEX 601/2021
Lindamir Aparecida Rosa Junge	Arte e Tecnologia: Construindo Redes Sociais Tecnológicas e Artísticas	SIPEX 650/2021
Dalton Solano dos Reis Luciana Pereira de Araújo Kohler Maurício Capobianco Lopes	FURBOT: desenvolvimento cognitivo com base no pensamento computacional - Fase V	SIPEX 615/2021
Dalton Solano dos Reis Maurício Capobianco Lopes Miguel Alexandre Wisintainer	Clubes de Ciências: formação docente e práticas educativas com estudantes	SIPEX 714/2021
Rafael José Bona	Comunica FURB	SIPEX 577/2021
Rafael José Bona	Plug In FURB	SIPEX 599/2021

Fonte: NDE.

A avaliação e a frequência dos estudantes nas atividades extensionistas ficarão a cargo do/a professor/a responsável pelo componente curricular e seu regramento será definido conforme plano de ensino do respectivo componente.

3.1.3 Pesquisa

Na FURB, entende-se pesquisa científica ou tecnológica como um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para problemas da comunidade universitária, sociedade, poder público, setor produtivo e terceiro setor, produzir novos conhecimentos, processos ou produtos (FURB, 2022-2026).

Ao se comprometer com a relação ensino-pesquisa, o curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional responde à BNC-Formação, no seu Art. 8º que preconiza, entre os seus fundamentos pedagógicos, o inciso “III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;” (Brasil, 2019, p. 5).

Para consolidar esse fundamento em um percurso formativo que estabeleça a conexão entre o ensino e a pesquisa, o projeto do curso inclui os componentes Projeto de TCC (36h) na sétima fase e a realização do TCC (216h) na oitava fase, cujo regulamento acompanha esse PPC.

Além disso, professores que integram o corpo docente do curso, desenvolvem pesquisas específicas relacionadas às tecnologias, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Professores e pesquisas com/sobre as tecnologias

Professor	Pesquisa	Referência
Mauricio Capobianco Lopes	Mídias e Tecnologias Digitais no Ensino e na Aprendizagem	SIPEX 12/2021
Luciana Pereira de Araújo Kohler Mauricio Capobianco Lopes Dalton Solano dos Reis	Playtable: avaliação do potencial de aprendizagem em práticas pedagógicas	SIPEX 382/2023
Luciana Pereira de Araújo Kohler Mauricio Capobianco Lopes Dalton Solano dos Reis	Formação de pensamento computacional e aperfeiçoamento da plataforma Furbot - Leistung	SIPEX 23/2022
Arleide Rosa da Silva Mauricio Capobianco Lopes	Rede de laboratórios acadêmicos para pesquisa e inovação em Educação Científica	SIPEX 169/2022
Mauricio Capobianco Lopes	Pesquisa e formação de professores pesquisadores: contribuições para a construção de um campo conceitual-prático considerando o uso de mídias	SIPEX 65/2022

	e tecnologias nas práticas educativas	
--	---------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo NDE

Ressalta-se, a partir do Quadro, a possibilidade dos estudantes do curso participarem de projetos de pesquisa em nível de iniciação científica, de forma voluntária ou com bolsas, notadamente em projetos de colaboração conjunta entre os professores do curso. Dos projetos elencados, dois têm financiamento de empresas (23/2022 e 382/2023) e dois têm financiamento da FAPESC (65/2022 e 169/2022). Esses projetos estão articulados com as investigações do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, que mantém a linha de pesquisa em Mídias e Tecnologias no Ensino. Derivam desses projetos diversas ações de iniciação científica e de colaboração entre graduação e pós-graduação. Exemplos foram projetos submetidos e já finalizados dos editais PIPE/Artigo 170 e UNIEDU. Nesse sentido, os estudantes do curso de Tecnologia Educacional terão a possibilidade de participar dos editais que oferecem bolsa, além de serem inseridos como voluntários nas atividades do Laboratório de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia (LDTT) que mantém diversos projetos com alunos de cursos como Ciência da Computação, Design, Pedagogia e Sistemas de Informação para desenvolverem investigações e produtos envolvendo o uso de tecnologias na educação.

3.2 APOIO AO DISCENTE

3.2.1 Acesso e Inclusão

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), através de recursos humanos especializados (como professor(a) de Atendimento Educacional Especializado – AEE, profissionais de apoio), através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais) ou ainda através de apoio financeiro.

Neste sentido, a FURB disponibiliza, através da CAE, um conjunto de programas de apoio financeiro e atividades específicas que contribuem para a inclusão social, acadêmica e

profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo; (b) bolsa de pesquisa; (c) bolsas de extensão; (d) financiamento estudantil; (e) estágio interno; (f) estágio curricular não obrigatório. O acesso aos programas de bolsas e de financiamento estudantil se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE e pela DAF, respectivamente. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. Já as atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE, incluem: (a) elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) atendimento e acompanhamento psicossocial; (c) serviços de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 8/2015) – AEE; (d) coordenação de ações relacionadas à inclusão dos estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação por meio do Núcleo de Inclusão (NInc) (Resolução FURB nº 59/2014) – AEE; (e) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social.

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;
- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar.

O atendimento psicossocial, voltado aos(às) estudantes da Instituição é realizado por equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas

- especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;
- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Conforme Resolução FURB nº 59/2014, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista que, devido a diversas barreiras, podem ter restringidos seu acesso, participação e permanência na Instituição e na sociedade. Entende-se por pessoas com altas habilidades/superdotação aquelas que apresentam elevado potencial em, pelo menos, uma das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Assim, a FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, através da Resolução FURB nº 59/2014, instituiu a Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e criou o NInc. A política prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros. Dentre os objetivos desta política, estão estimular e assegurar o acesso e a permanência de todas as pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação na FURB, assim como promover o fortalecimento das ações de acessibilidade da educação; superar as barreiras atitudinais, comunicacionais e educacionais; promover o desenvolvimento das autonomias individuais, garantindo as condições de dignidade; promover o controle social para a realização das ações previstas; e, por fim, integrar a Universidade nas políticas públicas de inclusão. O AEE conta com uma profissional de apoio (audiodescrição) e nove intérpretes (tradução / interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos estudantes com surdez e professores de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a) estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
- e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

3.2.2 Provas de Suficiência

Não se aplica

3.2.3 Aproveitamento de Estudos

A equivalência é o aproveitamento de estudos realizados pelo(a) estudante em outro curso da FURB, ou em outras Instituições de Ensino Superior, desde que legalmente reconhecidos.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser feitas através de formulário específico disponível na página da universidade (www.furb.br) e encaminhadas ao Coordenador(a) do Curso, anexando o histórico escolar e o conteúdo programático das disciplinas.

Os critérios para atendimento ao requerimento de aproveitamento de estudos devem ser observados conforme o que determina a Resolução FURB nº61/2006, sendo concedida quando o programa do componente curricular cumprido pelo(a) estudante for idêntico a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e conteúdo.

A integralização mínima do curso poderá ter seu tempo alterado tendo em vista aproveitamento de estudos realizados anteriormente pelo estudante.

3.2.4 Estudos Complementares

Não se aplica.

3.2.5 Monitoria

Não se aplica.

3.2.6 Participação e Representação Estudantil

Os direitos, deveres, atribuições e responsabilidades dos estudantes estão descritos no Capítulo III do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001. Na forma da legislação vigente, a FURB promove a participação direta dos representantes de seu corpo discente com direito à voz e voto nos colegiados superiores, nos conselhos de centros, nos colegiados dos cursos e nos departamentos. A representação estudantil integra, ainda, órgãos oficiais, como o DCE e os Centros Acadêmicos dos cursos.

No âmbito da Licenciatura em Tecnologia Educacional, os estudantes elegem representantes de turma que compõem o Colegiado do Curso, participando efetivamente das reuniões para as quais levam as demandas do grupo.

3.2.7 Internacionalização e Mobilidade

A internacionalização é um processo que integra a dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Esta é uma ação que complementa e estende a dimensão local, promovendo o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. O objetivo do processo de internacionalização é possibilitar aos estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. O processo de internacionalização inclui a pesquisa e a extensão, que estão cada vez mais presentes nas atividades dos grupos de trabalho e que visam, principalmente, levar a Universidade a um patamar de reconhecimento internacional. Nesse contexto, a Resolução FURB nº197/2017 institui a Política de Internacionalização da FURB, considerando a visão descrita no PDI que afirma o compromisso de ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global e os valores de “[...] inovar nos processos de Internacionalização”, com objetivo de ampliar acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento, destacando a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Na FURB a cooperação internacional pode ser desenvolvida em sete diferentes âmbitos: Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão Universitária e Aprendizado ou Aperfeiçoamento de Idioma. A internacionalização do currículo potencializa a produção de conhecimentos em diferentes áreas de forma interdisciplinar e por

meio de experiências interculturais que contribuem para o “[...] desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino.” (FURB, 2017, p. 2).

Internacionalizar o currículo implica que os cursos reconheçam formas de inserção e de relações internacionais que podem perpassar o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, intercâmbios discentes e docentes, realização de parcerias para eventos, pesquisas, projetos de extensão e de ensino, entre outros. A internacionalização do currículo aproxima os estudantes e docentes de questões globais e valores universais como a justiça, igualdade, dignidade e respeito possibilitando analisar os acontecimentos reais do mundo e conhecer diferentes culturas, tendo assim papel importante no desenvolvimento pleno de competências.

São princípios norteadores da Política de Internacionalização da FURB:

- a) a produção de conhecimentos em cultura, ciência, tecnologia e inovação, relevantes para a sociedade em geral;
- b) a socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- c) a promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de internacionalização;
- d) o incentivo à interdisciplinaridade e ao trato dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB, nas ações de internacionalização;
- e) a internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão, procurando fomentar a cooperação e a integração de pesquisadores e de programas;
- f) o reconhecimento dos créditos e de atividades acadêmicas e científicas conforme normas vigentes;
- g) a ética e transparência na condução das ações de internacionalização; e
- h) a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de internacionalização possibilita aos(as) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. Pode-se elencar alguns benefícios que esta prática proporciona, tais como:

- a) o estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;
- b) a convivência com pessoas de outros países estimula a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;

- c) os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;
- d) o egresso pode aumentar a empregabilidade em todo o mundo e ampliar o networking em escala global;
- e) o estudante pode receber o diploma assinado pela FURB e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico.

Neste contexto, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas. Os acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de intercâmbio. Essa participação é regulamentada por Editais próprios, com ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias. Por meio dos convênios, os(as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar as mensalidades na FURB e no exterior, quando previsto nos respectivos Convênios. É necessário apenas o pagamento da matrícula na FURB e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico. Em geral, os critérios para participação dos(as) estudantes são: (a) integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso; (b) média geral igual ou superior a 7,5; (c) proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento. Os(as) estudantes poderão cursar disciplinas nas IES estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

De acordo com a Resolução FURB nº35/2010, que homologa o Estatuto da FURB, a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) tem como competência orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (incoming), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (outgoing) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da internacionalização.

Destaca-se, ainda, que visando à internacionalização do currículo e à possibilidade de troca de experiências internacionais, desde 2012 a FURB oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. O estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo, ou ainda, como disciplinas optativas.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes;
- e) possibilitar o aprendizado e a ampliação do vocabulário do idioma em questão.

Considerando a especificidade de oferta de turma única da Licenciatura em Tecnologia Educacional e o tempo exigido pelo Edital SED para integralização do curso em quatro anos, a participação dos estudantes em intercâmbios fica bastante limitada.

Como forma de incentivo para que os estudantes ampliem seu repertório cultural conhecendo outros idiomas, o curso prevê a validação de carga horária de cursos de idiomas, de disciplinas cursadas em outras línguas e participação de eventos internacionais como AACCs, conforme Resolução FURB nº 82/2004.

3.2.8 Idiomas sem Fronteiras

O Idiomas sem Fronteiras (IsF) na FURB é um projeto que iniciou suas atividades no fim de 2017. Objetiva promover a internacionalização da universidade a partir do ensino de língua inglesa para a comunidade acadêmica e capacitar professores em formação inicial vinculados ao projeto. Atualmente oferta cursos gratuitos de curta duração presenciais e online de língua inglesa para fins específicos. Para os estudantes de graduação da universidade, as atividades oferecidas pelo IsF são uma oportunidade de melhorar o nível de proficiência em língua inglesa e se preparar para mobilidade acadêmica.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 METODOLOGIA

O curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional é concebido em um contexto político que responde às demandas educacionais em relação à inserção e uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) no cotidiano da educação básica. Para formar professores aptos a assumirem essa responsabilidade, os conteúdos que compõem o PPC foram organizados para integrar teoria e prática desde a primeira fase, inserindo-se carga horária de

Prática como Componente Curricular (PCC) em duas disciplinas. Ao longo de todas as fases, tanto componentes do Eixo Articulador das Licenciaturas (EAL), quanto componentes do Eixo Específico (EE) agregam carga horária teórica e prática, buscando fazer com que os estudantes possam estabelecer relações entre os conteúdos desenvolvidos e o cotidiano da Educação Básica.

Os conteúdos do EAL formam a base teórica do que é necessário para ser professor na educação básica, incluindo conhecimentos sobre a história, filosofia e psicologia da educação, contexto da escola, teorias pedagógicas e curriculares, didática, gestão e inclusão. Além disso, perpassam por esse eixo, componentes que visam formar professores e professoras que atuem na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, solidária e democrática. São componentes que abordam relações étnico e raciais, história e cultura afro e indígena, direitos humanos, educação ambiental, diversidades. Compreendendo que essa formação de ser professor perpassa também o campo estético, foi inserido um componente cujos conteúdos discutem e refletem sobre arte e estética na educação.

Do Eixo Específico fazem parte componentes que fundamentam a compreensão das TDIC na educação, buscando a construção de um perfil profissiográfico capaz de compreender, criar, utilizar e avaliar tecnologias educacionais de forma crítica e criativa. Fazem parte desse eixo, componentes que desenvolvem conteúdos relacionados à cultura digital, métodos ativos de ensinar e aprender, recursos digitais, fundamentos e conhecimentos básicos de informática e programação. O estágio obrigatório, presente desde a terceira fase do curso, intenta que os estudantes possam vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade das instituições educacionais. Ao longo do curso, os estudantes têm a possibilidade de pensar soluções para problemas reais dos espaços educacionais no uso das TDIC por meio dos projetos integradores. Projeto integrador é um componente presente desde a segunda fase e que objetiva promover a relação entre os demais componentes de cada fase, mobilizando os conteúdos para encontrar soluções interdisciplinares para os problemas reais identificados.

Ao longo do curso, essas experiências teórico-práticas vão desenvolvendo nos estudantes as competências necessárias para atuarem como professores-pesquisadores, já que devem refletir durante todo o tempo de formação sobre como os conhecimentos elaborados dialogam com o cotidiano da educação básica. Para efetivar esse processo formativo de professor-pesquisador, nas duas últimas fases os estudantes devem elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Na direção de incentivar a ampliação dos repertórios acadêmicos,

científicos e culturais dos estudantes, o PPC prevê a realização de horas de Atividades Acadêmico Científico e Culturais (AACCs) ao longo do curso.

Pensando nas formas de favorecer e potencializar as aprendizagens dos estudantes, os professores são orientados a utilizarem diferentes estratégias de aprendizagem, privilegiando métodos ativos por meio dos quais seja possível para cada estudante constituir-se como protagonista do próprio processo formativo. Essas estratégias devem incluir momentos expositivos e dialógicos quando o professor desenvolve os conteúdos levando os estudantes à elaboração de conceitos e compreensão dos fundamentos de se fazer professor por meio de uma licenciatura em tecnologia educacional. Na mesma medida, as estratégias devem prever experiências práticas em sala de aula e em laboratórios específicos por meio de trabalhos individuais, em pequenos grupos e/ou coletiva e colaborativamente. Nesse sentido, considerando as especificidades de cada componente, os professores devem pensar a inserção das TDIC como estratégia de aprendizagem. No próprio curso existem componentes curriculares que tratam de ensinar e aprender com métodos ativos, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, ensino híbrido e design thinking com o objetivo de praticarem métodos inovadores de ensino e que formem os estudantes do curso para que possam incorporá-los em suas práticas educativas futuras.

Para efetivar os processos de ensino e aprendizagens como construções ao longo do percurso formativo e de forma contínua e processual, as avaliações devem acompanhar as atividades ao longo de cada semestre, possibilitando aos estudantes perceberem como está seu próprio processo de aprendizagem e ao professor analisar em que medida as estratégias estão contribuindo para o alcance dos objetivos de cada unidade apresentada nos planos de ensino. Alguns componentes curriculares fomentam o processo de autoavaliação de modo que os próprios estudantes possam refletir sobre suas aprendizagens,

Todos os componentes curriculares estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, permitindo ao professor a utilização de estratégias metodológicas mediadas pelo uso de tecnologia. A acessibilidade metodológica nesse ambiente se dá pela presença de recursos que visam romper barreiras que possam comprometer o processo de ensino-aprendizagem. Da mesma forma, a cada fase de implementação do curso, os professores são orientados a desenvolverem suas práticas pedagógicas em sala de aula diversificando os procedimentos metodológicos, observando as diferentes formas de os estudantes se apropriarem dos conteúdos programáticos e promovendo a equidade.

No decorrer do curso, os componentes curriculares preveem cargas horárias teóricas,

práticas e de atividades extraclasse. Entre os componentes, além da modalidade presencial, o PPC oferta componentes na modalidade EAD que, por característica, exige dos estudantes disciplina e autonomia na realização das propostas pedagógicas dentro de um cronograma pré-determinado e acordado entre estudantes e docentes. Além disso, o NDE e o Colegiado buscam orientar o uso de metodologias ativas visando o desenvolvimento e fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Na relação teoria e prática, o PPC distribui, em parte de seus componentes, 486 h/a de Prática como Componente Curricular, conforme previsto na Resolução CNE no. 2/2019 e descrito neste PPC em item específico (4.7). Além disso, tanto o estágio quanto as horas previstas para práticas de extensão corroboram para que as ações discentes sejam desenvolvidas de forma dialógica, relacionando teoria e prática.

Metodologicamente, o PPC de Licenciatura em Tecnologia Educacional, busca inovação que caracteriza a própria área de atuação profissional do egresso. A presença de componentes que estão organizados com base em metodologias ativas, criatividade, inovação, gamificação, é uma constante ao longo do curso. A presença do Projeto Integrador desde a segunda até a sétima fase também é um diferencial na organização metodológica desse curso, possibilitando aos estudantes construir projetos interdisciplinares que articulem os componentes de cada fase. Mais para o fim do curso, os estudantes trabalharão com tecnologias assistivas e realidade virtual e aumentada, bem como terão a oportunidade de desenvolver atividades de experimentação com abordagem “mão na massa” em um espaço maker, desenvolvendo jogos, trabalhando com robótica, modelagem 3D, entre outros recursos atuais e necessários à escola.

Por fim, o PPC de Licenciatura em Tecnologia Educacional, por sua característica, tem no uso das tecnologias de informação e comunicação um instrumento que atravessa todo o curso, considerando que:

As metodologias ativas e o uso das tecnologias da informação e da comunicação, bem como de plataformas de aprendizagem ampliam ainda mais as possibilidades de organização curricular mais flexível e aberta contribuindo também para o rompimento de uma lógica linear e hierárquica dos conhecimentos e, conseqüentemente, com a inclusão de pré-requisitos. (FURB, 2022-2026, p. 106).

A organização que esse PPC apresenta, portanto, evidencia um currículo metodologicamente pensado para favorecer processos inovadores e criativos e que atendem a perspectiva de uso das tecnologias enquanto ampliação de “[...] possibilidades de pesquisa e comunicação, quebrando barreiras de tempo e espaço e muitas vezes financeiras por

proporcionar aos estudantes e professores experiências nacionais e internacionais sem ter que se deslocar fisicamente para isso.” (FURB, 2022-2026, p. 107). Destaca-se que todo o currículo do curso está voltado à formação em tecnologias digitais na educação.

4.2 ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM

Sob o ponto de vista institucional, a FURB vem trabalhando para modernizar as formas de aprendizagem e flexibilizar o processo de apropriação do conhecimento, com a superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo, contribuindo com uma formação humana por meio da aprendizagem autônoma do sujeito. Nesse contexto, a aprendizagem híbrida vem contribuir para essa modernização e inovação, caracterizando-se como uma “metodologia pedagógica flexível, ativa e inovadora que orienta a atividade docente, estimula a autonomia, o protagonismo, a interação entre estudantes e entre estes e docentes, integrando atividades presenciais e não presenciais, com alternância em diferentes tempos e espaços” (MEC, 2021, Texto Referência Educação Híbrida).

Assim, a partir da Resolução FURB nº61/2021, as disciplinas dos cursos de graduação da FURB poderão ser organizadas mesclando as diversas formas de interação para potencializar o desenvolvimento das competências desejadas para egresso. Os modelos existentes, resumidos no Quadro 6, são:

- a) **presencial**: a mediação didático-pedagógica ocorre em ambiente físico, com as atividades desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares e tempos idênticos;
- b) **remoto**: a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com as atividades desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares diversos, porém, em tempos idênticos;
- c) **OnLife**: a mediação didático-pedagógica ocorre, simultaneamente, com a utilização de TICs, com atividades desenvolvidas por estudantes presenciais e/ou conectados remotamente, e professores presenciais, ambos em tempos idênticos;
- d) **Flex**: a mediação didático-pedagógica ocorre com parte da carga horária presencial e outra parte remota e/ou Onlife, ou seja, uma mistura do modelo presencial com os modelos remoto e/ou OnLife;
- e) **a distância (EaD)**: a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de TICs com atividades desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares e tempos diversos, com dois encontros presenciais conforme legislação específica;

- f) **semipresencial:** a mediação didático-pedagógica ocorre com parte da carga horária presencial e outra parte a distância, observados os limites máximos de distribuição da carga horária estabelecidos no item 4.8 deste PPC.

Quadro 6 – Síntese dos modelos de disciplinas praticadas na FURB

modelo	professor está	estudante está	avaliações são
presencial	presencial	presencial	presenciais e/ou extraclasse, conforme plano de ensino
remoto	remoto	remoto	remotas
OnLife	presencial	presencial ou remoto	presenciais e/ou remotas, conforme plano de ensino
Flex	parte presencial e parte remoto e/ou OnLife	parte presencial e parte remoto e/ou OnLife	presenciais e/ou remotas, conforme plano de ensino
EaD	maior parte a distância e encontros agendados	percurso guiado e encontros agendados	a distância e presenciais, conforme o plano de ensino
semipresencial	parte presencial e parte a distância	parte presencial e parte percurso guiado	a distância e presenciais, conforme o plano de ensino

Fonte: organizado pela DPE (2022).

4.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular no curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional foi pensada considerando a Resolução CNE n. 2/2019, PPI e demais normativas que regem o ensino superior e que sustentam os currículos dos cursos de graduação da FURB. Foi projetada alinhado com demandas sociais e do mercado e a integralização curricular deverá dotar o profissional, ao mesmo tempo, com conhecimentos generalistas e específicos, e estimular a formação integral do estudante como profissional e cidadão crítico e responsável.

Conforme o PDI (FURB, 2022-2026), algumas temáticas devem ser inseridas nos PPCs dos cursos de graduação da FURB para promover a formação integral do estudante de forma a compreender a complexidade do contexto social, os direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva relacionando o conhecimento gerado na universidade com realidade vivida. Deste modo, os temas: Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena e Educação em Direitos Humanos estão contemplados na estrutura curricular do curso nos componentes curriculares relacionados no Quadro 7.

Quadro 7 – Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais

componente curricular	temática abordada
Prática em sustentabilidade	Educação Ambiental
História da Cultura Afro Brasileira e Indígena	História da Cultura Afro Brasileira e Indígena
Diversidade e sociedade	Educação das Relações Étnico-Raciais
Alteridade e Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos

Fonte: NDE (2023)

A disciplina de Libras (Dec. nº 5.626/2005) está prevista na estrutura curricular do curso na 6ª fase como uma disciplina obrigatória (Libras na Educação). Considerando a especificidade de formação de professores para atuarem na Educação Básica, o currículo inclui as disciplinas de Educação Especial e de Acessibilidade e Tecnologias Assistivas, ambas voltadas aos processos de inclusão em conformidade com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. (Brasil, 2008).

Além disso, conforme as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais (Resolução FURB nº201/2017 e suas atualizações), os currículos dos cursos de graduação da FURB deverão ser organizados em espaços comuns e integrados de estudos, denominados eixos, visando superar a fragmentação e isolamento das áreas, dos sujeitos, dos componentes curriculares e dos espaços de ensino-aprendizagem.

O currículo do curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional é organizado a partir dos eixos:

- a) Eixo de Articulação das Licenciaturas com 972 horas aula; e
- b) Eixo Específico com 2412 horas aula, incluindo as 486 horas aula de estágio
- c) Em atendimento à BNC-Formação, o currículo ainda agrega 486 horas aula de Prática Como Componente Curricular, sendo uma parte integralizada junto a alguns componentes do Eixo de Articulação e outra parte integralizada junto a alguns dos componentes do Eixo Específico.

Quanto ao Eixo de Articulação das Licenciaturas é importante ressaltar que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (DCN para a Formação de professores) estabelece que a carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Em hora-aula, os grupos referentes à primeira licenciatura estão organizados conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Distribuição da carga horária dos cursos de licenciatura

Grupo I	Grupo II	Grupo III
Base Comum 972 h/a	Eixo Específico Mínimo 1926 h/a	486 h/a de PCC 486 h/a de estágio obrigatório
História da Educação – 72h	BNCC e currículo base do território catarinense – 72h	História da Educação – 18h
Contexto socioterritorial da escola – 90h	Ensinar e aprender com métodos ativos – 72h	Fundamentos e organização curricular – 18h
Filosofia e epistemologia da educação – 90h	Cultura digital – 72h	Didática – 18h
Teorias e práticas pedagógicas – 36h	Aprender e avaliar para competências – 72h	Libras na educação – 18h
Fundamentos e organização curricular – 72h	Aprendizagem baseada em problemas – 54h	Educação especial: teoria e prática – 18h
Histórica e cultura afro-brasileira e indígena - 36h	Recursos educacionais digitais – 54h	Recursos educacionais digitais – 18h
Didática – 72h	Informática básica – 72h	Gestão e organização da escola – 18h
Psicologia da educação – 90h	Criatividade e inovação na educação – 36h	Políticas públicas e legislação da educação – 18h
Alteridade e direitos humanos – 36h	Ensino híbrido e personalização – 54h	Ambientes virtuais de aprendizagem – 18h
Laboratório de arte e estética na educação – 72h	Ambientes virtuais de ensino e aprendizagem – 54h	Produção de conteúdo multimídia – 18h
Libras na educação – 54h	Produção de conteúdo multimídia – 54h	Gamificação e jogos na educação – 18h
Educação especial: teoria e prática – 72h	Prática em sustentabilidade – 36h	Pensamento computacional – 18h
Gestão e organização da escola – 72h	Gamificação e jogos na educação – 54h	Softwares educacionais – 18h
Diversidade e sociedade – 36h	Pensamento computacional – 54h	Educação maker e aprendizagem criativa – 18h
Políticas públicas e legislação da educação – 72h	Aprendizagem baseada em projetos – 90h	Educação maker e STEAM – 18h
	Softwares educacionais – 54h	Projeto integrador I – 36h
	Fundamentos de programação – 90h	Projeto integrador II – 36h
	Acessibilidade e tecnologias assistivas – 72h	Projeto integrador III – 36h
	Programação para arduíno – 72h	Projeto integrador IV – 36h
	Projeto de TCC – 36h	Projeto integrador V – 36h
	Design thinking – 54h	Estágio obrigatório – EI – 72h

	Realidade virtual aumentada na educação – 90h	Estágio obrigatório – Ensino fundamental – anos iniciais – 72h
	Educação maker e aprendizagem criativa – 54h	Estágio obrigatório – Ensino fundamental – anos finais – 90h
	Trabalho de conclusão de curso – 216h	Estágio obrigatório – Ensino médio – 126h
	Educação maker e STEAM – 108h	Estágio obrigatório – educação não formal – 126h
	AACC – 180h	
972h	1926h	972h

Deste modo, na FURB, o **Eixo Articulador da Licenciaturas (EAL)**, aprovado pela Resolução FURB nº 201/2017, alterada pelas Resoluções FURB nº 68/2018 e 51/2020, tem como objetivo pensar a formação do licenciando a partir dos conteúdos, das competências e habilidade apresentadas pela DCN, trazendo disciplinas que são comuns a todos os cursos de licenciatura na universidade e atendendo à base comum estabelecida no regramento do CNE. Ao total, o EAL é composto por 972 horas-aula de disciplinas.

Os componentes do EAL que o curso atende integralmente são apresentados no Quadro 9 e os complementares escolhidos pelo curso estão no Quadro 10.

Quadro 9 – Disciplinas do EAL

Componentes Curriculares	Carga horária*				
	T	P	PCC	AE	TOTAL
Contexto socioterritorial da escola	72	0	0	18	90
História da Educação	54	0	18	18	90
Teorias pedagógicas	36	0	0	0	36
Filosofia e epistemologia da Educação	72	0	0	18	90
Fundamentos e organização curricular	54	0	18	18	90
Psicologia da Educação	72	0	0	18	90
Didática	54	0	18	18	90
Laboratório de Arte e Estética na Educação	36	36	0	0	72
Libras na Educação	54	0	18	0	72
Educação especial: teoria e prática	54	0	18	18	90
Gestão e organização da escola	54	0	18	18	90
Políticas públicas e legislação da educação	54	0	18	18	90
Subtotal	666	36	126	162	990

Quadro 10 – Disciplinas Complementares e dos temas transversais escolhidas pelo curso

História da Cultura Afro Brasileira e Indígena	36	0	0	0	36
Diversidade e sociedade	36	0	0	0	36
Alteridade e Direitos Humanos	36	0	0	0	36
Subtotal	108	0	0	0	108
Total	774	36	126	162	1098**

Fonte: NDE do Curso (2023)

*Legenda da carga horária das disciplinas: T - teórica; P - prática; PCC - Prática como componente curricular; AE - atividades extraclasse.

**Destas 1098 horas-aula totais, 126 horas-aula são Prática como Componentes Curricular - PCC, considerando que a Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece a PCC em carga horária específica junto com o estágio, no grupo III, na proposta do EAL distingue-se a PCC das demais cargas horárias das disciplinas para que não haja sobreposição entre os grupos estabelecidos na normativa do CNE.

Por sua vez o eixo específico constitui-se de espaços de estudos focados nos conhecimentos específicos da atividade profissional. A estrutura curricular presente neste PPC em implementação apresenta uma proposta pautada na flexibilidade, observada no uso de tecnologias para mediar os processos de ensino e aprendizagem, bem como com a inserção de componentes em EAD, além das cargas horárias relativas às atividades extraclasse que possibilitam ao estudante creditar horas de atividades desenvolvidas fora do espaço das aulas formais. Já a interdisciplinaridade encontra lugar privilegiado na organização curricular por

meio do componente Projeto Integrador, bem como na realização das atividades de extensão, Estágio e no TCC.

Durante todo o curso a relação teoria e prática está presente com a inserção de carga horária de Prática como Componente Curricular, atividades de extensão e estágio obrigatório. Essa organização visa desenvolver as competências descritas no perfil profissional do egresso, contribuindo para uma formação global de um professor-pesquisador, crítico e reflexivo visto que tende a “[...] superar a concepção de educação transmissiva e fragmentada, baseada na memorização e no acúmulo de informações que tem historicamente caracterizado os processos educativos. (FURB, 2022-2026, p. 107).

4.4 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares, designadas na FURB como Atividades Acadêmico-Ciêntífico-Culturais (AACCs), são componentes curriculares que possibilitam a flexibilização curricular através de formas diversas de integralização curricular que envolvem ensino, pesquisa e extensão, monitorias, trabalhos científicos, atividades comunitárias, entre outros, desenvolvidas pelo estudante durante o processo de construção de sua formação, conforme regulamentação interna. Assim, além de permitir maior autonomia do estudante na construção do seu percurso formativo a previsão das atividades complementares no currículo reforça a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

As AACCs podem ser realizadas em área específica ou afim ao curso, sendo desenvolvidas na FURB ou fora dela, durante o período de realização do curso de graduação.

No Curso de *Licenciatura em Tecnologia Educacional* o estudante deverá obter um total de 180 h/a de AACCs, sendo obrigatória para obtenção do grau respectivo.

De acordo com o Art. 5º da Resolução no 82/2004 constituem AACCs:

- a) atividades de pesquisa;
- b) atividades de extensão, conforme definido na Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau;
- c) disciplinas além da matriz curricular respectiva, cursadas inter e intra cursos em diferentes níveis de ensino;
- d) publicação de trabalhos científicos;
- e) atividades comunitárias;
- f) estágios curriculares não obrigatórios;

- g) monitorias;
- h) visitas técnicas e viagens de estudo não vinculadas à matriz curricular;
- i) prática desportiva;
- j) outras atividades definidas pelo Colegiado de curso como: participação de eventos científico culturais em consonância com a área de formação do curso, participação ou ministrante de cursos e oficinas na área do curso.

Para efeitos de integralização das horas de atividades complementares o estudante deverá cadastrar cada atividade no sistema próprio disponibilizado pela FURB (www.furb.br/aacc/) e entregar o comprovante de horas da respectiva atividade para análise e validação pelo coordenador do colegiado do curso.

4.5 ESTÁGIO

De acordo com a Política de Estágios estabelecida pela Resolução FURB nº 89/2018, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, como parte integrante do itinerário formativo do estudante, e “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Art. 3º).

No curso de *Licenciatura em Tecnologia Educacional* o estágio obrigatório 486 h/a.

Estágio Curricular Obrigatório no Curso corresponde a 486 horas/aula desenvolvidas em todas as etapas da Educação Básica, bem como em espaços não formais de educação. Compreende-se o estágio curricular, no âmbito do Curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional como processo de articulação entre teoria e prática que não pode ser entendido como experiência profissional a ser desenvolvida num momento isolado e/ou ao final do percurso formativo.

Assim, o Estágio Obrigatório se configura como atividade que integra toda a formação desde a terceira até a sétima fase, cujas bases para o seu início acontece nas fases anteriores com componentes que fundamentam e subsidiam a prática, incluindo a presença de carga horária relativa à Prática como Componente Curricular, presente desde a primeira fase. Com esta organização, o curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional privilegia um processo formativo no qual a prática transversaliza e dialoga com a teoria, possibilitando aos estudantes uma interpretação crítica e contextualizada da realidade educacional, seja em espaços formais ou informais. Assim, o planejamento das atividades de estágio se configura em articulação de conhecimentos, conceitos e concepções que possibilitam desenvolver as competências previstas

no perfil do egresso. Em consonância com a premissa de articulação entre teoria e prática, o contato com a realidade da escola não está restrito ao estágio, sendo ampliado por meio da PCC, distribuída em vários componentes curriculares ao longo do curso, assim como por meio das atividades de extensão que preveem uma atuação com os problemas reais da sociedade, em especial da Educação Básica. Esta relação aproxima o/a estudante durante todo o curso com a realidade da educação básica e com as redes públicas de ensino.

Ao longo do curso, a materialização do estágio se dá por meio dos seguintes componentes curriculares: Estágio Obrigatório – Educação Infantil (72h/a); Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental Anos Iniciais (72h/a); Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental Anos Finais (90h/a); Estágio Obrigatório – Ensino Médio (126h/a); Estágio Obrigatório – Educação não-formal (126h/a).

A imersão prática ocorre na primeira fase com a inserção de 18 horas/aula de PCC no componente História da Educação. Na segunda fase a PCC está vinculada à carga horária de Recursos Educacionais Digitais com 18 horas/aula e à carga horária do Projeto Integrador I com 36 horas/aula. Na terceira fase, os componentes Fundamentos e organização curricular, Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem e Produção de Conteúdo Multimídia integram, cada um, 18 horas/aula de PCC, somadas às 36 horas/aula do Projeto Integrador II. Nesta fase inicia-se o Estágio Obrigatório – Educação Infantil, perfazendo 72 horas/aula. Nas fases seguintes, até a sétima, estão distribuídos os demais estágios obrigatórios, bem como o Projeto Integrador, além de outros componentes que agregam PCC em suas cargas horárias. Na oitava e última fase a prática continua presente configurada tanto como PCC, quanto como horas práticas para a realização do TCC.

Para os estudantes, os estágios obrigatórios, em cada fase, terão como organização: 1. Encontros presenciais com professor de estágio para apresentação e discussão do plano de ensino, apresentação dos documentos pertinentes ao estágio, apresentação e aprovação de cronograma com as atividades e respectivas cargas horárias. 2. Momentos de contato com a realidade profissional por meio de observações e práticas. 3. Construção de um projeto de trabalho articulado com os conhecimentos teóricos assimilados ao longo do processo de formação. 3. Desenvolvimento da prática sob orientação e supervisão institucional. 5. Produção de documentos de estágios tais como: projetos, planos de ensino-aprendizagem, relatórios, diários de aprendizagem, portfólios e artigos. 6. Socialização das práticas de estágio por meio de seminários. 7. Devolutiva junto às unidades concedentes em formato a ser acordado com as respectivas gestões.

Os locais de estágio são espaços educativos assim definidos: Instituições de Educação Infantil, do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Médio. As instituições podem pertencer tanto à rede pública quanto à rede privada. Além desses espaços de educação formal, o último estágio prevê a aproximação a instituições que desenvolvem ações socioeducativas e propostas de educação não formal e outros locais que comprovadamente realizem atividades educativas que caracterize espaço e público concernentes aos objetivos do Curso. Os projetos desenvolvidos serão construídos de forma colaborativa entre a FURB e a instituição onde ocorrerá o estágio, proporcionando um movimento contínuo e integrado de formação inicial e continuada. A carga horária a ser efetivada nas Unidades Concedentes (campos de estágio) deverá ser distribuída de acordo com o horário de funcionamento dessas unidades, não ultrapassando o limite máximo de 6 horas diárias previsto em lei.

O estudante poderá realizar, ainda, o estágio não obrigatório o qual poderá ser iniciado a partir da 1ª fase. O estágio não obrigatório é atividade curricular, de caráter opcional, complementar à formação acadêmico-profissional do estudante.

4.6 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

A Prática como Componente Curricular (PCC) constitui um importante espaço que pode potencializar a articulação entre teoria e prática, oportunizando ao educando refletir sobre problemas reais oriundos das escolas de educação básica e/ou de outros espaços educativos. Conforme disposto no Parecer CNE/CES nº15/2005:

Portanto, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

No Curso de *Licenciatura em Tecnologia Educacional* a PCC está presente ao longo da matriz curricular, perfazendo um total de 486 horas aula e está inserida dentro dos seguintes componentes curriculares:

Quadro 11 – PCC nos Componentes Curriculares

Componente Curricular	PCC
História da Educação	18

Recursos Educacionais Digitais	18
Projeto Integrador I	36
Fundamentos e Organização curricular	18
Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem	18
Produção de Conteúdo Multimídia	18
Projeto Integrador II	36
Didática	18
Gamificação e Jogos na Educação	18
Pensamento Computacional	18
Projeto Integrador III	36
Softwares Educacionais	18
Projeto Integrador IV	36
Libras na Educação	18
Educação Especial: teoria e prática	18
Projeto Integrador V	36
Gestão e organização da escola	18
Educação Maker e Aprendizagem Criativa	18
Projeto Integrador VI	36
Políticas Públicas e Legislação da Educação	18
Educação Maker e STEAM	18
Total	486

Fonte: NDE.

4.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC é uma atividade curricular que consiste no desenvolvimento de um trabalho de graduação, abordando temas das áreas de estudo relacionados no PPC ou temas das linhas de pesquisa da área de formação. O TCC na graduação tem a finalidade de promover atividades de iniciação científica, sendo uma das formas de garantir o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

No curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional o TCC terá 216 h/a.

A preocupação com a pesquisa vista como elemento fundamental na formação de professores é uma das tendências atuais na educação do Brasil. A partir dessa perspectiva vêm se elaborando alternativas de formação que ampliem o repertório científico e cultural dos professores, propondo a articulação de reflexões teóricas com dados de investigação empírica, aproximando a relação entre ensino e pesquisa. A Resolução CNE/CP 02/2019 que institui as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, destaca em seu Art. 8º que a formação para professores deve ter em seus fundamentos “III - a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento” (Brasil, 2019, p. 5).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Tecnologia Educacional, deve possibilitar ao estudante vivenciar o processo de iniciação científica a partir dos princípios básicos da pesquisa, desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência.

O TCC deverá investigar contextos de aplicação das tecnologias educacionais em espaços educativos, promovendo o levantamento de dados com base em diferentes métodos de coleta, bem como sua análise e interpretação, cujos resultados deverão ser socializados na forma da elaboração de um artigo científico e de uma apresentação pública. O TCC deverá ser sustentado na fundamentação teórica refletida durante o curso, seguindo o rigor metodológico das investigações científicas.

Nesse sentido, o TCC deve ser uma tarefa planejada. Assim, na disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante será orientado sobre como definir um objeto de estudo, pergunta de pesquisa, fundamentação e metodologia, bem como sobre produção textual científica e normas de trabalhos acadêmicos. Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso o estudante deverá executar o projeto planejado, produzindo seu relatório de pesquisa na forma de um artigo científico, bem como socializando seus resultados em uma apresentação pública. Assim, o TCC constitui-se como uma iniciação no mundo da produção e divulgação do conhecimento científico e, no âmbito do curso, será efetivado por meio de um artigo científico a ser apresentado para uma banca examinadora composta por 3 (três) membros que deverão atribuir uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), cuja média aritmética mínima para aprovação é 6 (seis).

Na página da Biblioteca da FURB, discentes e docentes têm disponibilizados manuais orientativos para produção de trabalhos acadêmicos, sendo possível acessar também capacitações junto à biblioteca e atendimentos individualizados.

Os TCCs aprovados serão disponibilizados na Biblioteca Digital da FURB por meio de cópias digitais acompanhadas das assinaturas da banca examinadora. No curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional, o TCC possui regulamentação própria por meio de Resolução que aprova o Regulamento do TCC.

4.8 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

Na FURB considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, com materiais didáticos específicos

produzidos pela própria instituição, sendo desenvolvidas atividades educativas por estudantes, professores e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A inserção de disciplinas na modalidade EaD pode contribuir para: (a) flexibilização de horário para o(a) estudante; (b) desenvolvimento de competências e habilidades que a EaD estimula como, por exemplo, autonomia e gerenciamento de tempo; (c) adoção de estratégias metodológicas diferenciadas; (d) contribuição da linguagem multimidiática para trabalhar o conteúdo.

O curso Licenciatura em Tecnologia Educacional terá 360 horas/aula em ações realizadas na modalidade a distância. As disciplinas de Eixo Geral serão ofertadas conforme no modelo institucional entre 2 e 6 encontros presenciais, com duração de 4 (quatro) h/a para disciplinas de 72 h/a e duração de 2 (duas) h/a para disciplinas de 36 h/a.

A modalidade a distância da FURB é efetivada por meio das ferramentas de tecnologia institucionais ofertadas pelo Pacote Microsoft 365 e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA FURB. São por meio dessas ferramentas que o estudante percorre o caminho de estudo e realiza as atividades curriculares.

Este PPC prevê as disciplinas com ações realizadas na modalidade a distância, conforme distribuição mostrada no Quadro 12.

Quadro 12 – Disciplina na modalidade a Distância

Disciplina	Carga horária EaD
Teorias pedagógicas	36
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	36
Psicologia da educação	90
Diversidade e Sociedade	36
Alteridade e Direitos Humanos	36
Prática e Sustentabilidade	36
Políticas públicas e legislação da educação	90
Total	360

Fonte: NDE (2023).

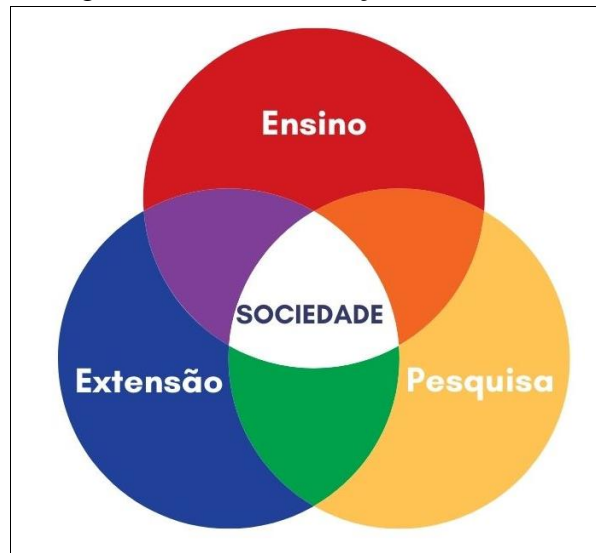
4.9 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A curricularização da extensão é uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Para alcançar a meta 12.7 do PNE é necessário assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência

social. A fim de regulamentar essa estratégia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) editou a Resolução CNE/CES nº7/2018, com Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

A inserção das atividades extensionistas no currículo tem como potencial promover o alinhamento da universidade com as demandas da sociedade, possibilitando uma aprendizagem transformadora, a formação de um cidadão crítico, capacitado para o mundo do trabalho e para lidar com os problemas reais presentes no contexto social. Além disso permite quebrar a segregação entre o ensino, pesquisa, extensão e questões da sociedade, conforme observamos na Figura 1.

Figura 1 - Curricularização da Extensão



Fonte: organizado pela DPE (2022).

Na FURB conforme a Resolução FURB nº99/2019, para fins de curricularização, a extensão deverá ser inserida no PPC dedicando parte da carga horária de componentes curriculares previstos no currículo, inserindo componentes específicos para a extensão ou uma mescla das duas estratégias. Esta carga horária está indicada explicitamente na matriz curricular. A definição das estratégias da inserção da extensão no currículo observa a Instrução Normativa PROEN nº1/2020 e Parecer CEE/SC nº307/2020. Os estágios e TCCs, conforme o Parecer CEE/SC nº307/2020, poderão ser utilizados como atividades extensionistas desde que suas características constem no PPC e atenda as diretrizes previstas na Resolução CNE/CES nº7/2018.

Nesse sentido, no curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional as atividades extensionistas terão 396 h/a e serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares elencados no Quadro 13.

As atividades extensionistas consistirão em espaços privilegiados para que os estudantes desenvolvam protagonismo em relação às atividades propostas, potencializando o processo de aprendizagem por meio do exercício constante de análise crítica dos contextos, percepção dos problemas enfrentados pela comunidade e busca de soluções que promovam transformações e impactos sociais positivos. Para tanto, a partir da terceira fase, o componente de Projeto Integrador, em diálogo principalmente com os componentes com carga horária prática e/ou de atividades extraclasse, desenvolverá ações de extensão cujos temas levarão em consideração a Lei no. 14.533 de 11 de janeiro de 2023 que propõe, no eixo Educação Digital, Escolar, cinco competências digitais de atuação, quais sejam, Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital, Direitos Digitais e Tecnologia Assistiva (Brasil, 2023). A partir deles, as ações de extensão poderão ocorrer por meio de:

- a) oferta de cursos de curta duração, na modalidade EaD, que visem formação de professores em um ou mais dos eixos descritos;
- b) proposição de oficinas em eventos e em ações comunitárias;
- c) produção de materiais de apoio, disponibilizados online e divulgados junto às escolas, principalmente as parceiras na realização dos estágios;
- d) realização de ações junto à comunidade, especialmente, famílias das escolas parceiras na realização dos estágios, visando o uso crítico e criativo das tecnologias;
- e) intervenções nos espaços educativos para fomentar o uso e ampliar o acesso às tecnologias.

O registro da frequência e as formas de avaliação das atividades de extensão deverão ser previstas nos planos de ensino dos respectivos professores cujos componentes curriculares preveem a curricularização da extensão.

Quadro 13 – Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares

Componente curricular	Carga horária de extensão	Distribuição das atividades de extensão no componente curricular
Projeto Integrador I	36	36h junto com PCC – introdução à extensão
Projeto Integrador II	36	36h junto com PCC
Gamificação e jogos na educação	18	18h junto com PCC
Pensamento computacional	18	18h junto com PCC
Projeto Integrador III	36	36h junto com PCC
Aprendizagem baseada em projetos	18	18 horas atividades extraclasse
Softwares educacionais	18	18 horas com PCC
Projeto Integrador IV	36	36h junto com PCC
Programação para Arduino	18	18 horas práticas
Acessibilidade e tecnologias assistivas	18	18 horas como prática
Projeto Integrador V	36	36h junto com PCC
Design thinking	18	18 horas atividades extraclasse
Educação Maker e aprendizagem criativa	18	18 horas com PCC
Projeto Integrador VI	36	36h junto com PCC
Educação Maker e STEAM	36	18 horas com PCC + 18 horas atividades extraclasse
Total		396 horas/aula

Fonte: NDE (2023).

4.10 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

No curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional, estão previstas aulas aos sábados tendo em vista a exigência de integralização do curso em 4 anos, conforme Edital SED n. 1651/2022. As aulas aos sábados deverão ocorrer para os componentes na modalidade EAD, considerando a flexibilidade de tempo para a realização das atividades no ambiente virtual e o número menor de encontros presenciais obrigatórios. Ao invés de aulas aos sábados, alguns componentes ofertados na modalidade EAD poderão ser organizados no regime concentrado, observando-se a característica do componente e a forma que melhor favoreça a aprendizagem dos estudantes (Quadro 14). Tanto a oferta aos sábados, quando em regime concentrado somente ocorrerá quando a carga horária de aulas alocadas ultrapassar 20 horas/aulas semanais.

Além dos componentes ofertados em EAD, o regime concentrado poderá ocorrer com componentes presenciais de 36h (dois créditos), organizando-se sua oferta nas fases em que

houver dois componentes com essa mesma carga horária, de forma que um componente ocorra no início do semestre e outro no final. Essa organização levará em conta características do componente, observando qual a forma que melhor atende a elaboração de conhecimentos, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 14 – Regime concentrado ou aulas aos sábados

componente curricular	concentrado/aulas aos sábados
História da Cultura Afro-brasileira e Indígena	Aula aos sábados
Alteridade e Direitos Humanos	Concentrado ou Aula aos sábados
Prática em Sustentabilidade	Concentrado ou Aula aos sábados
Ensino Híbrido e Personalização	Concentrado
Criatividade e Inovação na Educação	Concentrado

Fonte: NDE (2023).

4.11 SAÍDAS A CAMPO

O curso poderá organizar saídas a campo para ampliação dos repertórios culturais e científicos dos estudantes, sendo estas saídas custeadas pelos estudantes, com adesão voluntária e sem cobrança de atividades avaliativas, a menos que seja previsto no plano de ensino com a concordância dos estudantes.

4.12 ESTRUTURA CURRICULAR

4.12.1 Matriz curricular

Quadro 15 – Matriz Curricular

Fase	Componente Curricular	Eixo ¹	Carga horária ²					CA ³	EaD ⁴	Ext ⁵	Pré-Requisitos
			T	P	PCC	AE	Total				
1	História da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Contexto socioterritorial da escola	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Ensinar e Aprender com Métodos Ativos	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Fundamentos da BNCC e do Currículos Base Catarinense	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Cultura Digital	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Subtotal			342	0	18	36	396	22	0	0
2	Teorias pedagógicas	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Filosofia e epistemologia da educação	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Aprendizagem Baseada em Problemas	EE	36	0	0	18	54	3	0	0	
	Aprender e Avaliar para Competências	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Recursos Educacionais Digitais	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Informática Básica	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Projeto Integrador I	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
	Subtotal			342	0	54	36	432	24	36	36
3	Fundamentos e organização curricular	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Ensino Híbrido e Personalização	EE	36	0	0	18	54	3	0	0	

	Criatividade e Inovação na Educação	EE	36	0	0	0	36	2	0	0	
	Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Produção de Conteúdo Multimídia	EE	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Estágio Obrigatório – Educação Infantil	EE	36	36	0	0	72	4	0	0	
	Projeto Integrador II	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
	Subtotal		306	36	90	36	468	26	36	36	
4	Psicologia da Educação	EAL	72	0	0	18	90	5	90	0	
	Didática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Diversidade e Sociedade	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Pensamento Computacional	EE	54	0	18	0	72	4	0	18	
	Gamificação e Jogos na Educação	EE	54	0	18	0	72	4	0	18	
	Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental – Anos Iniciais	EE	36	36	0	0	72	4	0	0	
	Projeto Integrador III	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
Subtotal		306	36	90	36	468	26	126	72		
5	Alteridade e Direitos Humanos	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Laboratório de Arte e Estética na Educação	EAL	36	36	0	0	72	4	0	0	
	Aprendizagem Baseada em Projetos	EE	72	0	0	18	90	5	0	18	
	Fundamentos de Programação	EE	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Softwares Educacionais	EE	54	0	18	0	72	4	0	18	
	Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental – Anos Finais	EE	36	54	0	0	90	5	0	0	
	Projeto Integrador IV	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
Subtotal		306	90	54	36	486	27	36	72		
6	Libras na educação	EAL	54	0	18	0	72	4	0	0	
	Educação especial: teoria e prática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Programação para Arduíno	EE	54	18	0	18	90	5	0	18	

	Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	EE	54	18	0	0	72	4	0	18	
	Estágio Obrigatório – Ensino Médio	EE	36	90	0	0	126	7	0	0	
	Projeto Integrador V	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
	Subtotal		252	126	72	36	486	27	0	72	
7	Gestão e organização da escola	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Prática em Sustentabilidade	EE	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Design Thinking	EE	36	0	0	18	54	3	0	18	
	Educação Maker e Aprendizagem Criativa	EE	54	0	18	0	72	4	0	18	
	Realidade Virtual e Aumentada na Educação	EE	72	0	0	0	72	4	0	0	
	Projeto Trabalho de Conclusão de Curso	EE	36	0	0	0	36	2	0	0	
	Estágio Obrigatório – Educação Não Formal	EE	36	90	0	0	126	7	0	0	
	Projeto Integrador VI	EE	0	0	36	0	36	2	0	36	
	Subtotal		324	90	72	36	522	29	36	72	
8	Políticas públicas e legislação da educação	EAL	54	0	18	18	90	5	90	0	
	Educação Maker e STEAM	EE	90	0	18	18	126	7	0	36	
	Trabalho de Conclusão de Curso	EE	36	180	0	0	216	12	0	0	
	Subtotal		180	180	36	36	432	24	90	36	
	AACC						180	10	0	0	
	TOTAL		2358	558	486	288	3870	215	360	396	

(1) EG – Eixo Geral; EA - Eixo de Articulação; EE – Eixo Específico.

(2) T – Teórica; P – Prática, PCC – Prática como Componente Curricular, AE – Atividade Extraclasse.

(3) Créditos Acadêmicos

(4) Ensino a Distância

(5) Extensão

(6) A PDE não computa na carga horária do curso, mas sendo realizada poderá ser validada como AACC.

(7) O estudante deverá cumprir 180 h/a de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, durante o período de realização do curso.

Quadro 16 – Resumo geral da Matriz Curricular

Eixo Articulador das Licenciaturas	972 (desconsiderando a carga horária de PCC dos componentes que agregam essa carga horária)
Eixo Específico	1.530 (desconsiderando a carga horária de PCC dos componentes que agregam essa carga horária)
Estágio Obrigatório	486
PCC	486
TCC	216 (devem ser somadas ao Eixo Específico)
AACC/Atividades Complementares	180 (devem ser somadas ao Eixo Específico)
Atividades de Extensão	396
Carga horária total do curso	3870

OBSERVAÇÃO: Considerando-se a especificidade do curso que atende a um Edital da SED, a matriz não prevê componentes optativos. A flexibilização se dá nas atividades de extensão e nas AACCs.

4.12.2 Pré-requisitos

Não se aplica.

4.12.3 Detalhamento dos componentes curriculares

Fase 1

Componente Curricular: História da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p><u>Ementa:</u></p> <p>A constituição da História da Educação como campo epistemológico: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do profissional da educação. Os conhecimentos científico e tecnológico e a educação ao longo dos tempos históricos. A relação histórico-social entre a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Os diversos contextos históricos da cultura escolar, as práticas educativas e o sistema escolar brasileiro. O profissional da educação e os valores democráticos na História do Brasil. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Analisar a constituição do campo da História da Educação e sua relevância para o profissional da educação. Estudar as mudanças e permanências nos conhecimentos científico e tecnológicos ao longo da História. Avaliar a cultura escolar, as políticas educacionais e suas práticas nos diversos contextos históricos. Compreender a historicidade e valorizar a democracia na prática docente. Integrar os temas da disciplina ao cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279p. CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. ROCHA, Maria Aparecida. A Educação Pública Antes da Independência. São Paulo, UNESP, 2015.</p>
Componente Curricular: Contexto Socioterritorial da Escola
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Metodologias de diagnóstico participativo; a escola e seu contexto territorial; dimensões sociais, econômicas, político, culturais e ambientais do território escolar; indicadores socioterritoriais; fontes de informação; bases de dados; cartografias sociais; metodologias de interação social.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Acessar recursos teórico metodológicos para realização de diagnóstico do contexto socioterritorial da escola e elaboração de projetos de interação entre escola e comunidade.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p>

<p>ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ (org), caderno: Bairro-Escola: passo a passo, São Paulo: Fundação Educar, UNICEF, UNDIME, MEC, 2007</p> <p>DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. 2006a. Disponível em: http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc. Acessado em agosto de 2016.</p> <p>MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95).</p> <p>DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, set./dez. 2013.</p> <p>KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.</p> <p>SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116. 2007.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).</p>

Componente Curricular: BNCC e Currículo Base do Território Catarinense
Área temática: Currículo
<p>Ementa:</p> <p>História de construção da BNCC e do Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). Estrutura curricular da BNCC e do CBTC. Diretrizes para implementação da BNCC e do CBTC nos Projetos Político - Pedagógicos das unidades escolares.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer e analisar criticamente a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa.2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. 374 p.</p> <p>CARVALHO, Carla; SCHULZ, Luciane; FERRI, Cássia (org.). Base Nacional Comum Curricular e a proposta curricular de Santa Catarina: que diálogos são possíveis. 1. ed. Blumenau: edifurb, 2020. 236 p., il.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos A.; SILVA, Edileuza F. da. (org). Ensino fundamental: Da LDB à BNCC. Vespasiano: Papyrus, 2018.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2018.</p> <p>LIMA, Michelle Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. A função do currículo no contexto escolar. 1. ed. Paraná: Ibpx, 2011. 221 p., il. (Formação do professor).</p> <p>MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Porto: Porto Ed, 2002. 160 p, il. (Currículo, políticas e práticas, 10).</p> <p>SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática. Grupo A, 2019. E-book.</p> <p>SANTA CATARINA, Governo do Estado. Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.</p>

Componente Curricular: Ensinar e Aprender com Métodos Ativos
Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p><u>Ementa:</u></p>

<p>Evolução da educação: dos métodos tradicionais aos ativos. Protagonismo e autonomia discente. Aprendizagem significativa e colaborativa. Múltiplos papéis do professor. Práticas de feedback. Modelos e práticas em métodos ativos. Avaliação em métodos ativos.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Identificar e utilizar metodologias ativas, a fim de promover aprendizagens significativas, desenvolvendo habilidades e competências de maneira criativa e crítica.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>TORRES, P.L.; IRALA, E.A. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. Coleção Agrinhos, 2014.</p> <p>VICKERY, A. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BACICH, Lilian Organizador; HOLANDA, Leandro Organizador. STEAM em sala de aula: a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 recurso online. Desafios da educação.</p> <p>BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento. Avaliação do rendimento escolar. São Paulo: FDE, p. 51-9, 1994.</p> <p>FILATRO, Andrea. Metodologias Inov-ativas na educação presencial: a distância e corporativa. Editora Saraiva, 2018. <i>E-book</i>.</p>

<p>Componente Curricular: Cultura Digital</p>
<p>Área temática: Tecnologias aplicadas à educação</p>
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Conceito de Cultura Digital. Nativos e imigrantes digitais. Cidadania e direito digital. Atitudes responsáveis na web. Segurança Digital. Configuração de ambientes digitais seguros. Saúde e o uso de tecnologias.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender como se constitui a Cultura Digital e reconhecer os impactos dessa cultura na Educação.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>ABREU, Cristiano Nabuco de et al. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, p. 336, 2013.</p> <p>BUCKINGHAM, D. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. Educação e Realidade, v. 35, n. 3, p. 37–58, 2010.</p> <p>PINHEIRO, PATRICIA PECK. Cidadania e ética digital. Vivendo esse Mundo Digital: Impactos na Saúde, na Educação e nos Comportamentos Sociais. In: ABREU, Cristiano Nabuco de et al. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 10. ed. totalmente rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698 p, il. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura, v.1).</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MORGADO, Isabel Salema; ROSAS, António. Cidadania digital. São Paulo: LabCom, 2010.</p> <p>PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1–6, 2001.</p> <p>PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>.</p>

Fase 2

Componente Curricular: Filosofia e Epistemologia da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Compreensões filosóficas de educação ao longo da história e suas influências na atualidade. Dimensões ontológicas, éticas, sociais e culturais da educação. Epistemologias e educação, conhecimento e aprendizagem. Educação e Escola entrelaçadas no mundo contemporâneo. Epistemologia da educação dialógica, problematizadora, crítica e emancipadora. A realidade e o saber dos estudantes como base epistemológica da aprendizagem. Aspectos epistemológicos das novas tecnologias na educação. Metodologias ativas e construção colaborativa do saber pelo diálogo com colegas, estudantes, pais e comunidade.
Objetivos: Construir colaborativamente/participativamente condições filosóficas e epistemológicas como base para uma educação integral, dialógica, integradora, crítica e emancipadora no mundo contemporâneo.
Bibliografia Básica: ASSMANN, Hugo. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1996. FLICKINGER, Hans-Georg. A Caminho de uma pedagogia hermenêutica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Epistemologia e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
Bibliografia Complementar BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Lilian Bacich. Porto Alegre: Penso 2017. BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Grupo Autêntica 2013. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílían do Valle. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
Componente Curricular: Teorias pedagógicas
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: A história das ideias e práticas pedagógicas. Teorias pedagógicas: princípios e implicações no processo de ensinar e de aprender. Principais precursores pedagógicos. Pedagogias do século XXI: inovações educativas. A docência no processo educativo.
Objetivos: Compreender os fundamentos das teorias pedagógicas, analisando as contribuições dos precursores pedagógicos na organização, funcionamento e inovações das pedagogias do século XXI.
Bibliografia Básica: CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2016. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias: Petrópolis: Vozes, 2010. GHEDIN, Evandro. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2000.
Bibliografia Complementar DEWEY, John. Democracia e educação: introdução a filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. xxv, 416p. (Atualidades pedagógicas, v.21). Tradução de: Democracy and

education. FREINET, Celestin; BALESSÉ, L. A leitura pela imprensa na escola . Lisboa: DINALIVRO, 1977. 112p. (Biblioteca da escola moderna). Tradução de: La lecture par l'imprimerie à l'école. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, 2007. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
--

Componente Curricular: Aprender e Avaliar para Competências
Área temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: Informação, conhecimento e sabedoria na escola na era digital. Nova cultura curricular para pensamento complexo. Competências do século XXI. Concepções e princípios de avaliação. Avaliação formadora e avaliação educativa. Avaliação da aprendizagem no currículo para competências.
Objetivos: Conceituar as denominadas "competências do século XXI", comparando semelhanças e diferenças com a BNCC e identificar formas de avaliação por competências.
Bibliografia Básica: FONSECA, V. da. Aprender e reaprender : educabilidade cognitiva no Século 21. -São Paulo: Salesiana, 2001. PÉREZ-GÓMEZ, A. I. Educação na era digital : a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. SACRISTAN, J. G. (org). Educar por competências : o que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011.
Bibliografia Complementar HADJI, C. Avaliação desmistificada . Porto Alegre: Artmed, 2001. FONSECA, V. da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem : abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis: Vozes, 2007. GIMENO SACRISTÁN, José. Saberes e incertezas sobre o currículo . Porto Alegre: Penso, 2013. <i>E-book</i> . IMBERNÓN, Francisco Organizador et al. A educação no século XXI . Porto Alegre: ArtMed, 2011. <i>E-book</i> . SACRISTAN, J. G. ; PÉREZ-GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino . 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Componente Curricular: Aprendizagem Baseada em Problemas
Área temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: Aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning). Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Planejamento e aplicação da aprendizagem baseada em problemas na sala de aula. Avaliação na aprendizagem baseada em problemas.
Objetivos: Identificar as principais características, pressupostos e habilidades a serem desenvolvidas com a metodologia denominada Aprendizagem Baseada em Problemas e suas variações, bem como sua aplicação e benefícios para o ensino-aprendizagem.
Bibliografia Básica: BORDENAVE, J. D. ; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino aprendizagem . Petrópolis: Vozes, 2008. O'BRIEN, E. et al. Manual sobre a implementação da Aprendizagem Baseada em Problemas nas PME . ERASMUS: 2015. SOUZA, D. M. et al. Entre a alienação e a libertação: da concepção bancária a concepção problematizadora da educação. In: PRADO, M. L.; REIBNITZ, K. S. Paulo Freire: a boniteza de ensinar e aprender na saúde . Florianópolis: UFSC, 2016.
Bibliografia Complementar

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BORGES, M. C. et al. Aprendizado baseado em problemas. **Medicina** (Ribeirão Preto. Online), v. 47, n. 3, p. 301-307, 2014.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa Co-autor. **Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação, aprendizagem significativa**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. *E-book*.

LIMA, G.; LINHARES, R. Escrever bons problemas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 2, p. 197-201, 2008.

PRADO, M. L. et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 1, p. 172-177, 2012.

Componente Curricular: Recursos Educacionais Digitais
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
Ementa: Letramento digital e os múltiplos papéis do professor. Técnicas de pesquisas na internet. Recursos educacionais digitais em software e hardware. Repositórios de recursos educacionais. Planejamento de aula com recursos educacionais digitais.
Objetivos: Compreender e utilizar recursos educacionais digitais de forma crítica e criativa.
Bibliografia Básica: CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB Notas Técnicas #8: competências de professores e multiplicadores para uso de TICs na educação . São Paulo: CIEB, 2019. TAROUCO, L. M. R. et al. Objetos de aprendizagem: teoria e prática . Porto Alegre: Evangraf, 2014. UNESCO. Padrões de competência em TIC para professores: módulos dos padrões de competências . Paris: UNESCO, 2009.
Bibliografia Complementar BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática . Porto Alegre: Penso, 2017. <i>E-book</i> . BES, Pablo. Metodologias para aprendizagem ativa . Grupo A, 2019. <i>E-book</i> . CERIGATTO, Mariana Pícaro; MACHADO, Viviane Guidotti. Tecnologias digitais na prática pedagógica . Grupo A, 2018. <i>E-book</i> . EDUCAÇÃO ABERTA. Recursos Educacionais Abertos (REA): Um caderno para professores . Campinas, 2013. SANTOS, R.; AZEVEDO, J.; PEDRO, L. Literacia(s) digital(ais): definições, perspectivas e desafios . <i>Media & Jornalismo</i> , v. 15, n. 27, p. 17-44, 15 set. 2015.

Componente Curricular: Informática Básica
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
Ementa: Introdução à informática. Hardware e Software. Sistema operacional. Editores de texto. Planilhas eletrônicas. Softwares de apresentação. Internet.
Objetivos: Conhecer os conceitos básicos da informática e suas formas básicas de uso.
Bibliografia Básica: LAMBERT, Joan; COX, Joyce. Microsoft Word 2013 . Porto Alegre : Bookman, 2013. MANZANO, André Luiz Navarro Garcia; MANZANO, Maria Izabel Navarro Garcia. Estudo dirigido de informática básica . São Paulo : Erica, 2009. SILVA, Mário Gomes da. Informática: terminologia: Microsoft Windows 8, Internet, segurança, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Microsoft Access 2013 . São Paulo : Erica, 2013.
Bibliografia Complementar

COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft powerpoint 2013**. Porto Alegre : Bookman, 2014.
 MANZANO, José Augusto N. G; MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo dirigido de microsoft excel 2019 - avançado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
 STALLINGS, William. **Arquitetura e organização de computadores**.8. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xiv, 624 p, il.
 STALLINGS, William. **Redes e sistemas de comunicação de dados**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. xvi, 449 p, il.
 VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**.10. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017. 1 recurso online.

Componente Curricular: Projeto Integrador I
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
Ementa: Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da segunda fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.
Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa . 18. ed. Campinas: Papirus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. Abordagens didáticas da interdisciplinaridade . Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa . 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.
Bibliografia Complementar GIMENO SACRISTÁN, José Co-autor et al. Educar por competências . Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i> . MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem . São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i> . PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa . Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i> . REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades . 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il. SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária: a experiência da ITCP/FURB . 1. ed. Blumenau: edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.

Fase 3

Componente Curricular: Fundamentos e organização curricular
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Currículo: conceitos e fundamentos teóricos. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. BNCC e Propostas Curriculares Estaduais e Municipais: fundamentos e organização. Debates contemporâneos no campo do currículo. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender o currículo como produção histórica, contextualizando as propostas curriculares oficiais e as organizações curriculares da atualidade.

<p>Bibliografia Básica: SACRISTAN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 352p, il. (Biblioteca Artes Médicas. Fundamentos da educação). SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154 p. TORRES. R.M. Que (e como) é necessário aprender? Papirus, Campinas, 1994.</p>
<p>Bibliografia Complementar BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, dezembro de 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica /Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013. VALLE, I. R. Sociologia da educação: currículo e saberes escolares. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.</p>

<p>Componente Curricular: História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena</p>
<p>Área temática: conforme diretrizes institucionais</p>
<p>Ementa: História e cultura afro-brasileira e indígena: contribuições e influências das diversidades étnicas na formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro. Construção da ideia de raça. Ideologia do branqueamento. Mito da democracia racial. Novas abordagens sobre história, memória e identidades afro-brasileiras e indígenas. Ações afirmativas.</p>
<p>Objetivos: Reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira e indígena para a formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro, discutindo temas relacionados aos grupos étnicos na convivência sociocultural e na prática profissional.</p>
<p>Bibliografia Básica: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP: Secretaria Municipal de Cultura: Companhia das Letras, 1992. 611p, il. GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c2018. 513 p., il. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs.). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. 281 p. WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267 p, il</p>
<p>Bibliografia Complementar FONTOURA, Georgia Carneiro da. Memória e/m resistência Laklãno/Xokleng: contribuições e desafios para um pensar-ser-fazer decolonial e intercultural no Vale do Itajaí. 2021. 217 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2021. JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 8. ed. São Paulo: Ática, c2006. 173 p., il. (Sinal aberto) NASCIMENTO, Abdias do; BRASIL. Congresso. Combate ao racismo, 5. volume: discursos e projetos de lei apresentados. Brasília, D.F: Câmara dos Deputados, 1985. 82p, ret, 23cm. (Separata de discursos, pareceres e projetos, 57) PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 300 p., il SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2007. 175 p, il.</p>

<p>Componente Curricular: Criatividade e Inovação na Educação</p>
<p>Área temática: Processos de ensinar e aprender</p>
<p>Ementa:</p>

Pressupostos teóricos sobre criatividade. Desenvolvendo o processo criativo. Conceitos sobre inovação na educação. Criatividade como elemento para a inovação. Criatividade, inovação e o pensamento complexo. Adversidade e diversidade criativa.
Objetivos: Identificar contribuições dos estudos sobre criatividade para o planejamento e implementação de práticas pedagógicas que visem à consolidação dos quatro pilares da educação no contexto da Educação Básica.
Bibliografia Básica: CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Creativity: The Psychology of Discovery and Invention . New York: Harper Collins, 2016. RIBEIRO, Olzeni Costa; MORAES, Maria Cândida. Criatividade em uma perspectiva transdisciplinar: rompendo crenças, mitos e concepções . Brasília: Liber Livro, 2014. TORRE, Saturnino. Dialogando com a criatividade . São Paulo: Madras, 2005. TORRE, Saturnino; PUJOL, M. A. Creatividad e innovación: Enseñar con otra conciencia . Madrid: Editorial Universitas, 2010.
Bibliografia Complementar ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Como desenvolver o potencial criador: um guia para a liberação da criatividade em sala de aula . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 87p, il. ASSMANN, Hugo. Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem criativa . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 237 p, il. MORAES, Maria Cândida; ALMEIDA, Maria da Conceição de; MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do presente: por uma educação transformadora . Rio de Janeiro: Wak, 2012. 268 p, il. MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis. A inteligência da complexidade . 2. ed. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2000. 263p, il. (Nova consciência). Tradução de: L'intelligence de la complexite. SILVA, Fabiane Padilha Da et al. Gestão da inovação . Grupo A, 2018. <i>E-book</i> .

Componente Curricular: Ensino Híbrido e Personalização
Área temática: Processos de Ensinar e Aprender
Ementa: Conceito de Ensino Híbrido. Métodos de organização. Ambientes e plataformas para o Ensino Híbrido. Personalização no Ensino Híbrido. Planejamento de um modelo de Ensino Híbrido na sala de aula.
Objetivos: Conhecer os conceitos de Educação e Ensino Híbrido e suas implicações práticas. Refletir sobre possibilidades nos seus contextos de atuação profissional (atual e/ou futuro).
Bibliografia Básica: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando M. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação . Porto Alegre: Editora Penso, 2015. CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos . Fundação Lemann e Instituto Península, 2013. HORN, M.B.; STAKER H., CHRISTENSEN, C. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação . Porto Alegre: Penso, 2015. MATTAR, João. Metodologias ativas: para a educação presencial, blended e a distância . São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.
Bibliografia Complementar DEBALD, Blasius Organizador. Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno . Porto Alegre: Penso, 2020. 1 recurso online. Desafios da educação. HORN, Michael B; STAKER, Heather. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação . 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2015. 292 p., il.

NOGUEIRA, Daniel Ramos Organizador et al. **Revolucionando a sala de aula 2: novas metodologias ainda mais ativas**. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. 1 recurso online.
 SHORES, Elizabeth F; GRACE, Cathy. **Manual de portfólio: um guia passo a passo para o professor**. Porto Alegre: ArTmed, 2001. 160 p, il. (Biblioteca ARTMED. Cotidiano pedagógico).
 TARJA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação - O Uso de Tecnologias Digitais na Aplicação das Metodologias Ativas**. Editora Saraiva, 2018-11-30. *E-book*

Componente Curricular: Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem
Área temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: Conceito e tipos de ambientes virtuais. Design e recursos de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Tipos e modelos de tutoria. Plataformas adaptativas. Interatividade em processos de ensino-aprendizagem online. Aprendizagem colaborativa. Mediação docente para colaboração. (Co)Autoragem: autoria para aprendizagem. Avaliação em ambientes virtuais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender a conceituação de Ambientes Virutais de Ensino e Aprendizagem e a relação destes com os processos de aprendizagem, desenvolvendo noções básicas de estética e usabilidade sobre estes ambientes.
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Siderly; MEDEIROS, Luciano; Mattar João (Orgs.). Educação e tecnologias: refletindo e transformando o cotidiano . São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. LEITE, Sílvia Meirelles; BEHAR, Patricia Alejandra. A construção coletiva com crianças em ambientes virtuais de aprendizagem . Educar , Curitiba, 2007. PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! SBC Horizontes , maio 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: < http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online >.
Bibliografia Complementar BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: ArTmed, 2005. ix, 182 p, il. CARVALHO, Felipe da Silva Ponte; PIMENTEL, Mariano. Atividades autorais online: aprendendo com criatividade . SBC Horizontes , nov. 2020. ISSN 2175-9235. MATTAR, João. Tutoria e interação em educação à distância . São Paulo: Cengage Learning, 2012. <i>E-book</i> . PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte. Aprendizagem online é em rede, colaborativa: para o aluno não ficar estudando sozinho a distância . SBC Horizontes , jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: < http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/02/aprendizagem-em-rede >. SILVA, Robson S. Objetos de aprendizagem para educação a distância: recursos educacionais abertos para ambientes virtuais de aprendizagem . São Paulo: Novatec, 2011.

Componente Curricular: Produção de Conteúdo Multimídia
Área temática: Mídia
Ementa: Princípios e características dos conteúdos em texto produzidos para a internet. Fontes de informações diversas e confiáveis. Possibilidades de criação: de sites até blogs. Ferramentas e serviços gratuitos disponíveis. Cocriação em texto. Características e recursos multimídia. Criação de conteúdos em áudio e vídeo. Planejamento de conteúdo multimídia. Ferramentas e serviços gratuitos disponíveis. Cocriação em múltiplos meios. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Conhecer os principais conceitos de conteúdo educativo digital, desenvolvendo técnicas de produção para os meios de comunicação digitais.
Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Taiane Forati. **Tecnologia na educação**: o uso de vídeo digital em sala de aula. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de especialista em Mídias na Educação na UFRGS, 2015.

HACK, Josias Ricardo; SANTOS, Aline Renée Benigno dos; CARVALHO, Reginaldo Amorim de; GRANDO, Roziane Keila; BUENO JUNIOR, Sebastião Sales. Hipertextualidade no processo educacional contemporâneo. **Novos Olhares**, vol. 2, n. 1, 2013.

RANGEL, Mary. **Educação com tecnologia**: texto, hipertexto e leitura. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

Bibliografia Complementar

ALVES, Marcia Nogueira; FONTOURA, Mara; ANTONIUTTI, Cleide Luciane. **Mídia e produção audiovisual**: uma introdução. Curitiba: IBPEX, 2008. 357 p, il.

BARROS, Gílian C.; MENTA, Eziquiel. Podcast: produções de áudio para educação de forma crítica, criativa e cidadã. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. IX, ene/abr 2007.

BONA, Rafael José. **Narrativa transmídia made in Brazil**: práticas na indústria do entretenimento nacional. 1. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2021. 199 p. (Pesquisa, v.390).

COSTA, Daniel Gouveia. **Comunicações multimídia na Internet**: da teoria à prática. São Paulo: Ciência Moderna, 2007. 236 p, il.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de (organizadores). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. São Paulo: Avercamp, 2007.

Componente Curricular: Estágio Obrigatório – Educação Infantil

Área temática: Processos de ensinar e aprender

Ementa:

O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente em Tecnologias Educacionais na Educação Infantil. Elaboração de documento reflexivo sobre o estágio. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica e de projetos educacionais de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade de instituições educacionais formais e não formais.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christine. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil**: um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2018. *E-book*.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2011. *E-book*.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

Componente Curricular: Projeto Integrador II

Área temática: Tecnologias aplicadas à Educação
<p>Ementa: Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da terceira fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos: Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.</p>
<p>Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papyrus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. Abordagens didáticas da interdisciplinaridade. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.</p>
<p>Bibliografia Complementar GIMENO SACRISTÁN, José Co-autor et al. Educar por competências. Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i>. MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>. REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il. SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária: a experiência da ITCP/FURB. 1. ed. Blumenau: edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.</p>

Fase 4

Componente Curricular: Didática
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p>Ementa: Conceito e trajetória histórica da Didática. O “ofício” de professor. Concepções de ensino e implicações em diferentes ambientes de aprendizagem. Planejamento de ensino e seus elementos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Avaliação da Aprendizagem e implicações para o ensino. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p>Objetivos: Compreender os fundamentos histórico-culturais das teorias de ensino, analisando as implicações para o professor e para os processos de ensino em diferentes ambientes de aprendizagem.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOTH, I. J. Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2011. COMÊNIO. Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 525 p. (Textos clássicos). CUNHA, M. I. da. A didática e a produção do conhecimento: um ensaio preliminar. In: Tecnologia educacional, v. 17, n. 82, p. 31-34, maio/jun. 1988. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991. LOPES, A. O.; VEIGA, I. P. A. Repensando a didática. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1989.</p>
<p>Bibliografia Complementar ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazó Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Alternativas no</p>

ensino de didática. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000. 143 p. (Prática pedagógica).
 BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida:** é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. rev. Curitiba: Ibepx, 2011. 206 p., il. (Avaliação Educacional).
 CUNHA, Maria Isabel da. **A didática e a produção do conhecimento: um ensaio preliminar.** In: Tecnologia educacional, v. 17, n. 82, p. 31-34, maio/jun. 1988.
 HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos.** Porto: Porto Ed, 1994. 190p. (Coleção ciências da educação, 15). Tradução de: L'évaluation, regles du jeu.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996. 134p.

Componente Curricular: Psicologia da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem.
Objetivos: Conhecer os processos, fases e metodologias de/para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva e ética e os principais problemas de aprendizagem atuais.
Bibliografia Básica: DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150p. MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 170 p. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. EDUSP, 1988. 228p.
Bibliografia Complementar FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 245 p. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019. 143 p. NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto (Com.). Alfredo Veiga-Neto y los estudios foucaultianos en educación. 1. ed. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2018. 225 p. VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich). Psicologia pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003. 311p. (Biblioteca Artmed. Ciência cognitiva). Tradução de: Psicología pedagógica: um curso breve. VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich); LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich; LURIA, A. R. (Aleksandr Romanovich). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Icone, 2001. 228p, il. (Educação crítica).

Componente Curricular: Diversidade e Sociedade
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: Diversidade e desigualdade. Diversidade e cultura: religiosidades, igualdade de gênero e relações étnico raciais. Preconceito, intolerância e violência.
Objetivos: Combater a desigualdade social e cultural e reconhecer a diversidade como condição para a vida pessoal, para a vida em sociedade e para o exercício profissional, bem como para o exercício da cidadania.
Bibliografia Básica:

FLEURI, Reinaldo Matias et al. (Orgs.). **Diversidade religiosa e direitos humanos**: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: EDIFURB, 2013. 231 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1. ed. Brasília, DF: SECAD: Unesco, 2009. 455 p. (Educação para todos, 32).

WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos Claudio (Orgs.). **Violência Gênero e diversidade**: desafios para a educação e o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. 227 p., il.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; STRÖHER, Marga Janete. **Diversidade religiosa e direitos humanos**: reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 72 p.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão Coordenador. **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 220 p.

NYERERE, Julius K. (Julius Kambarage). **Diversidade étnica e resistências nacionais**. Rio de Janeiro: J. K. Nyerere: Garamond, 1997. 95 p, il.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: EDUSC, c1998. 109 p. (Humus).

Componente Curricular: Gamificação e Jogos na Educação
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
Ementa: Jogos de aprendizagem. Elementos de Jogos. Mecânicas de Jogos. Gamificação na Educação. Tipos de Jogos e Gamificação. Tipos de Jogadores. Ferramentas para Gamificação. Ferramentas para Jogos de Aprendizagem. Projeto de Jogos de Aprendizagem. Projeto de Experiências com Gamificação. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Compreender a mecânica de jogos e o processo de gamificação. Aplicar projetos de gamificação em processos educacionais.
Bibliografia Básica: ARRUDA, Eucídio Pimenta. Fundamentos para o desenvolvimento de jogos digitais . 1. Porto Alegre: Bookman, 2014. MEIRA, Luciano. Ludicidade : Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem. Grupo A, 2019. <i>E-book</i> . SANTOS, Marcelo Henrique dos. Jogos inteligentes e tendências em jogos digitais . São Paulo : Platos Soluções Educacionais, 2021.
Bibliografia Complementar BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora : uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. <i>E-book</i> . BURKE, Brian. Gamificar : Como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. DVS Editora, 2015. BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas . São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p. CAMARGO, Fausto F. A sala de aula inovadora : estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. <i>E-book</i> . Desafios da educação. LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação : criar, fazer, jogar. 7ª edição. Editora Cortez, 2011.

Componente Curricular: Pensamento Computacional
Área temática: Programação de Computadores
Ementa: Introdução ao Pensamento Computacional. Bases do pensamento computacional. Conceitos do Pensamento Computacional: abstração, algoritmos, decomposição, reconhecimento de padrões.

<p>Abordagem pensamento computacional (Plugged e unplugged). Plataformas e ferramentas de apoio para o ensino e a prática do Pensamento Computacional. Interdisciplinaridade no Pensamento Computacional. Integração do Pensamento Computacional na Educação Básica. Projetos para apoiar o pensamento computacional. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender conceitos fundamentais e os pilares do Pensamento Computacional, identificando as diferentes abordagens no desenvolvimento de objetos de aprendizado.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FLORES, Luciano Fernando. Desenvolvimento das habilidades do pensamento computacional para universitários. 2022. 86 f., il. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022.</p> <p>MARCELO DA SILVA DOS SANTOS et al. Pensamento Computacional. Grupo A, 1. 1 recurso online.</p> <p>TRIDAPALLI, Joan Giancesini. Pensamento computacional e gamification: relato de um experimento na plataforma Furbot. 2019. 16 f., il. Artigo Científico (TCC) (Graduação em Ciência da Computação) - Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BELL, T., Alexander, J.; FREEMAN, I.; GRIMLEY, M. Computer science unplugged: School students doing real computing without computers. The New Zealand Journal of Applied Computing and Information Technology, v. 13, n. 1, p. 20–29, 2009.</p> <p>BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 10. ed. totalmente rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698 p, il. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura, v.1).</p> <p>KHAN, Salman. Um mundo, uma escola: a educação reinventada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 255 p.</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica. SBC, 2019.</p>

<p>Componente Curricular: Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental – Anos Iniciais</p>
<p>Área temática: Processos de ensinar e aprender</p>
<p>Ementa:</p> <p>O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente em Tecnologias Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de documento reflexivo sobre o estágio. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica e de projetos educacionais de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade de instituições educacionais formais e não formais.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p> <p>SOUZA, Alba Regina Battisti de et al. Anos iniciais do ensino fundamental: estágio curricular supervisionado e formação docente. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2020. 334 p., il.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017.</p>

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação dos professores**. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital: a escola educativa**. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

Componente Curricular: Projeto Integrador III
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
<p>Ementa: Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da quarta fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos: Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.</p>
<p>Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papyrus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. Abordagens didáticas da interdisciplinaridade. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.</p>
<p>Bibliografia Complementar GIMENO SACRISTÁN, José Co-autor et al. Educar por competências. Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i>. MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>. REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il. SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária: a experiência da ITCP/FURB. 1. ed. Blumenau: edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.</p>

Fase 5

Componente Curricular: Alteridade e Direitos Humanos
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p>Ementa: Aspectos e relações históricas, políticas e culturais de direitos humanos. Legislação e convenções internacionais, nacionais e locais de direitos humanos. Princípios fundamentais para os direitos humanos e cidadania. Organizações públicas e sociais de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Reparação das formas de violação de direitos.</p>
<p>Objetivos: Reconhecer os direitos humanos como princípio fundamental para a convivência democrática e igualitária, afirmando valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos</p>

humanos em todos os espaços da sociedade promovendo a alteridade e a dignidade da pessoa humana.

Bibliografia Básica:

CLAUDE, Richard P.; ANDREOPOULOS, George. (org). **Educação em direitos humanos para o século XXI.** São Paulo: EDUSP, 2007.

SIDEKUM, Antônio; WOLKMER, Antônio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (org.).

Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016.

SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (org.). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos.** São Paulo: Cortez, 2010

Bibliografia Complementar

ANDREOPOULOS, George J; CLAUDE, Richard Pierre. **Educação em direitos humanos para o Século XXI.** São Paulo: Edusp: USP, Núcleo de Estudos da Violência, 2007. 885 p. (Direitos humanos, 5).

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global.**2. Porto Alegre: ArtMed, 2013. *E-book*.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006. 511 p. (Para um novo senso comum, v.4).

VILLA, Mariano Moreno. **Dicionário de pensamento contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 2000. 801 p. (Dicionários).

Componente Curricular: Laboratório de Arte e Estética na Educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Educação e Experiência estética. Arte e estética e a educação do sensível na constituição da subjetividade docente. Laboratórios poéticos. Vivências estéticas em espaços formais e não formais de educação.

Objetivos:

Compreender a experiência estética e artística no processo de formação docente como parte da formação profissional, experienciando em laboratórios poéticos os processos de criação, reflexão, fruição e estesia para reconhecer contextos relacionados à prática pedagógica para o compromisso com a aprendizagem.

Bibliografia Básica:

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas.** 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 382 p. (Educação: Experiência e Sentido).

NEITZEL, Adair de Aguiar; CARVALHO, Carla (Orgs.). **Mediação cultural, formação de leitores e educação estética.** 1. ed. Curitiba: CRV, 2016. 273 p., il.

SOUZA, Marco Aurelio da Cruz; CARVALHO, Carla (org.). **Arte e estética na educação: corpo sensível e político.** 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. 253 p., il. (Arte e estética na educação, v.1).

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.**14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 245 p.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. **Teoria e prática do ensino de arte: a língua do mundo.** 1. ed. Sao Paulo: FTD, 2010. 206 p., il. (Teoria e prática).

PASSOS, Mailsa Carla Pinto; PEREIRA, Rita Marisa Ribes. **Educação experiência estética.**1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. 239 p, il.

PIORSKI, Gandhi. **Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar.** 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2016. 153 p. il.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Ed. 34, 2005. 71 p.

Componente Curricular: Aprendizagem Baseada em Projetos

Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p>Ementa: Conceito de Aprendizagem Baseada em Projetos. Métodos de organização. Etapas de uma Aprendizagem Baseada em Projetos. Avaliação em Aprendizagem Baseada em Projetos. Planejamento de um modelo de Aprendizagem Baseada em Projetos na sala de aula. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos: Identificar as principais características, pressupostos e habilidades a serem desenvolvidas com a metodologia denominada Aprendizagem Baseada em Projetos e suas variações, bem como sua aplicação e benefícios para o ensino-aprendizagem.</p>
<p>Bibliografia Básica: BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Penso Editora, 2014. BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. MATTAR, João. Metodologias Ativas: para a educação presencial, blended e a distância. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.</p>
<p>Bibliografia Complementar BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. <i>E-book</i>. BACICH, Lilian Organizador; HOLANDA, Leandro Organizador. STEAM em sala de aula: a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 recurso online. Desafios da educação. CAMARGO, Fausto F. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. <i>E-book</i>. Desafios da educação. FILATRO, Andrea. Metodologias Inovativas na educação presencial: a distância e corporativa. Editora Saraiva, 2018. <i>E-book</i>. TAJRA, Sanmza Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014.</p>
Componente Curricular: Softwares Educacionais
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
<p>Ementa: Softwares educacionais: conceito, tipos e características. Classificação segundo as estratégias didáticas. Avaliação de softwares educacionais. Uso de softwares educacionais na prática pedagógica. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos: Conhecer tipos e características dos softwares educacionais. Classificar softwares educacionais segundo as estratégias didáticas. Avaliar softwares educacionais. Utilizar softwares educacionais nas práticas pedagógicas.</p>
<p>Bibliografia Básica: KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 3. ed. Campinas, (SP): Papyrus, 2008. LEITE, L. S. Tecnologia educacional. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006. TAJRA, Sanmza Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014.</p>
<p>Bibliografia Complementar CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação, aprendizagem significativa. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias educacionais. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p>

<p>EDUCAÇÃO ABERTA. Recursos Educacionais Abertos (REA): Um caderno para professores. Campinas, 2013.</p> <p>KHAN, Salman. Um mundo, uma escola: a educação reinventada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 255 p.</p> <p>KOEHLER, William Fernandes. VisEdu-CG 4.0: visualizador de material educacional. 2015. 89 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Computação) - Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.</p>
--

Componente Curricular: Fundamentos de Programação
Área temática: Programação de Computadores
Ementa: Fundamentos da programação de computadores. Construção de algoritmos. Introdução a linguagem de programação. Comandos de controle de fluxo: seleção, repetição e sub-rotinas. Tipos estruturados. Atores. Mensagens. Eventos.
Objetivos: Compreender os fundamentos e estruturas básicas de programação. Utilizar uma linguagem de programação para desenvolver a solução de problemas.
Bibliografia Básica: DEITEL, Paul J; DEITEL, Harvey M. Java : como programar.8. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xxix, 1144 p, il. JANDL JÚNIOR, Peter. Java : guia do programador: atualizado para Java 7. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2013. 640 f, il. SANTOS, Rafael. Introdução à programação orientada a objetos usando JAVA .2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 313 p, il.
Bibliografia Complementar ANSELMO, Fernando. Aplicando lógica orientada a objetos em Java .2. ed. atual. e ampl. Florianópolis: Visual Books, 2005. 178 p, il. CARBONI, Irenice de Fátima. Lógica de programação . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 240 p, il. HORSTMANN, Cay S. Big Java . Porto Alegre: Bookman, 2004. xi, 1125 p, il., 1 CD-ROM. MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos : lógica para desenvolvimento de programação. São Paulo: Erica, 1996. 265p, il. SCHILDT, Herbert; HOLMES, James. A arte do Java . Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, c2003. xvi, 382 p, il.

Componente Curricular: Estágio Obrigatório – Ensino Fundamental – Anos Finais
Área temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente em Tecnologias Educacionais nos Finais do Ensino Fundamental. Elaboração de documento reflexivo sobre o estágio. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica e de projetos educacionais de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade de instituições educacionais formais e não formais.
Bibliografia Básica: BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p. PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

<p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação dos professores. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p. BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>. SANTA CATARINA, Governo do Estado. Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.</p>
--

Componente Curricular: Projeto Integrador IV
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da quinta fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u> FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. Abordagens didáticas da interdisciplinaridade. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u> GIMENO SACRISTÁN, José <i>et al.</i> Educar por competências. Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i>. MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>. REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il. SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária: a experiência da ITCP/FURB. 1. ed. Blumenau: Edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.</p>

Fase 6

Componente Curricular: Libras na educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Introdução aos aspectos linguísticos e estruturais da Língua Brasileira de Sinais: fonologia,</p>

<p>morfologia, sintaxe. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer, refletir e compreender a contextualização política, cultural, social e legal das questões educacionais relacionadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva e o uso da Língua brasileira de Sinais como meio de comunicação, estimulando a participação e compromisso com a educação inclusiva. Compreender a importância do direito linguístico e cultura na comunidade surda e aplicar através da prática e conhecimento de Libras. Desenvolver habilidades comunicativas que contribuam para a inclusão da pessoa surda nos processos de ensino e aprendizagem.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CHOI, Daniel. [et al.]; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). Libras: Conhecimento além dos sinais. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2010.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de. Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.</p> <p>SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. 2. ed. São Paulo: Plexus, c2003.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 192 p.</p> <p>STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 133 p, il.</p>

<p>Componente Curricular: Educação Especial: teoria e prática</p>
<p>Área temática: conforme diretrizes institucionais</p>
<p>Ementa:</p> <p>Fundamentos e Organização da Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade. Tecnologias Assistivas. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica, Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos. Produção de objetos educacionais relacionados à Educação Especial.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Identificar os fundamentos da Educação Especial e caracterizar o seu público-alvo. Conhecer metodologias, ações e práticas pedagógicas, acessibilidade e tecnologias assistivas para o processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas. Conhecer experiências, pesquisas e ações práticas na inclusão escolar da Educação Básica, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos. Entender a articulação intersetorial de diversas áreas do conhecimento na Educação Especial.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 301 p.</p> <p>CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2002. 307p. (Campo teórico).</p> <p>MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 208 p.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 190p.

BAÚ, Jorgiana; KUBO, Olga Mitsue. **Educação especial e a capacitação do professor para o ensino**. Curitiba: Juruá, 2009. 141 p, il.

CARDOSO, Maria Cecília de Freitas. **Abordagem ecológica em educação especial: fundamentos básicos para o currículo**. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. 80p. (Uma abordagem ecológica em educação especial dentro de uma visão comunitário-participativa, v.1).

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. In: Cadernos de pesquisa: revista de estudos e pesquisas em educação, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia (Org.) **Deficiência e igualdade**. Brasília: LetrasLivres/EdUnB, 2010.

Componente Curricular: Programação para Arduíno
Área temática: Programação de Computadores
Ementa: Eletrônica Básica. Sistemas embarcados. Tecnologias, plataformas e ambientes de desenvolvimento. Sensores, atuadores e conversores. Arduino: interfaces e aplicações na Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Conhecer os princípios básicos de eletrônica. Identificar diferentes plataformas e ambientes de desenvolvimento. Reconhecer aplicações de sensores, atuadores e conversores. Implementar soluções de programação em ambiente arduíno.
Bibliografia Básica: BRITO, Fábio. Sensores e atuadores . São Paulo: Editora Saraiva, 2019 MCROBERTS, Michael. Arduino básico . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Novatec, c2015. 506 p. il. MONK, Simon. 30 projetos com Arduino . Porto Alegre: Bookman, 2014.
Bibliografia Complementar BATISTA, Juliana Carolina. Robotoy: ferramenta para ensino de programação para crianças usando robôs arduino . 2016. 63 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Computação) - Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. MONK, Simon. Programação com arduíno: começando com sketches . Porto Alegre: Bookman, 2013. xi, 147 p., il. (Tekne). OLIVEIRA, Cláudio; ZANETTI, Humberto Augusto Piovesana. Arduíno descomplicado: como elaborar projetos de eletrônica . 1. ed. São Paulo: Érica, c2015. 295 p., il. OLIVEIRA, André Schneider de; ANDRADE, Fernando Souza. Sistemas embarcados: hardware e firmware na prática . 2. São Paulo: Erica, 2010. RAZAVI, Behzad. Fundamentos de microeletrônica . Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Componente Curricular: Acessibilidade e Tecnologias Assistivas
Área temática: Educação Inclusiva
Ementa: Acessibilidade: conceitos, bases legais. Tecnologia Assistiva: definição, objetivos, categorias, características. Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA: indicações; tipos – comunicação gestual/corporal; comunicação oral/fala; comunicação gráfica; comunicação tecnológica; formas; recursos; sistemas simbólicos automatizados. Recursos em hardware: mouses, teclados e impressoras especiais; acionadores e dispositivos especiais; monitor tátil; teclados de conceitos; vocalizadores. Recursos em software: simuladores de mouses e teclados; teclados virtuais; leitores e ampliadores de tela; áudio livros; livros digitais. TA no atendimento a DV; DF e VER (pessoa com surdez). TA como apoio à interação em AVA, na sala regular de ensino e na sala de AEE. Práticas de extensão.
Objetivos:

<p>Compreender o conceito e reconhecer as bases legais da acessibilidade, bem como 87 reconhecer e utilizar as tecnologias assistivas enquanto recursos pedagógicos no desenvolvimento de projetos de ação pedagógica no âmbito da educação inclusiva.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BERSCH. R. Introdução à tecnologia Assistiva. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva. Disponível em www.assistiva.com.br, RS, 2006.</p> <p>BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 2. 79i. Ver. – Brasília: MEC, SEESP, 2003.</p> <p>DELIBERTA, D.; MANZINI, E. J. Comunicação alternativa e aumentativa: delineamento inicial para implementação do Picture Communication System (PCS). Boletim do Coe, Marília, V. 2, p 29 – 39 1997.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, D.F.: MEC: SEESP, 2001. 79p.</p> <p>MANZINI, E. J. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para complementação alternativa. [2 ed.] Brasília: MEC/SEESP, 2006.</p> <p>PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas educativas: perspectivas que se abrem para a educação especial. In: Educação E sociedade: revista quadrimestral de ciência da educação. 2. ed.</p> <p>PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: FAPESP: Autores Associados, 2001. 194p. (Educação contemporânea).</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação especial. 1. ed. Florianópolis: Gráfica Coan, 2018. 62 p., il.</p>

<p>Componente Curricular: Estágio Obrigatório – Ensino Médio</p>
<p>Área temática: Processos de ensinar e aprender</p>
<p><u>Ementa:</u></p> <p>O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente em Tecnologias Educacionais no Ensino Médio. Elaboração de documento reflexivo sobre o estágio. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica e de projetos educacionais de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade de instituições educacionais formais e não formais.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?.11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação dos professores. São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p.</p> <p>BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p.</p>

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*.
 SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

Componente Curricular: Projeto Integrador V
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
Ementa: Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da sexta fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.
Objetivos: Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.
Bibliografia Básica: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade : história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papyrus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. Abordagens didáticas da interdisciplinaridade . Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa . 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.
Bibliografia Complementar GIMENO SACRISTÁN, José Co-autor et al. Educar por competências . Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i> . MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas : ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i> . PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital : a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i> . REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária : diálogos e possibilidades. 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il. SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária : a experiência da ITCP/FURB. 1. ed. Blumenau: edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.

Fase 7

Componente Curricular: Gestão e Organização da Escola
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: O Sistema Educacional Brasileiro. Gestão e administração: conceitos, organização e cultura organizacional. Gestão escolar: história, princípios, planejamento e mecanismos de participação coletiva. Organização gerencial da escola: gestão pedagógica, administração de pessoal e gestão financeira. Projeto Político Pedagógico: princípios e processos de elaboração. Avaliação institucional. Conselhos educacionais federais, estaduais, municipais e escolares: princípios, características e competências. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Compreender a gestão no sistema educacional brasileiro a partir de seus elementos estruturantes e

dinamizadores na perspectiva histórica, bem como no âmbito escolar.
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>CERVI, Gicele Maria. Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.</p> <p>KLAUS, Viviane. Gestão e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2001.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>BES, Pablo. Gestão educacional da educação básica. Grupo A, 2019. <i>E-book</i>.</p> <p>CANÁRIO, Rui. A escola tem futuro?: das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006. 160 p., il. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da educação).</p> <p>HOY, Wayne K; MISKEL, Cecil G Co-autor; TARTER, C. John Co-autor. Administração educacional: teoria, pesquisa e prática.9. Porto Alegre: AMGH, 2015. <i>E-book</i>.</p> <p>LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. 132 p, il. (Cadernos de gestão, 2).</p> <p>VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: Política e Gestão. Brasília, DF: Liber, 2008.</p>

Componente Curricular: Prática em Sustentabilidade
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Sociedades sustentáveis. Proteção do ambiente natural e construído. Reciprocidade, responsabilidade cidadã e ética nas relações dos seres humanos entre si e no cuidado com o meio ambiente. Transformação e parcerias para o desenvolvimento: novas tecnologias, produção, trabalho e consumo. Justiça e equidade socioambiental.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Construir conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos, expressando posicionamento crítico sobre metas limitadas de crescimento, gestão ambiental, novas tecnologias e desenvolvimento sustentável.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo : Hucitec, 2001. 169p. (Geografia: teoria e realidade, 35).</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. O bem-feito: os novos desafios da gestão da responsabilidade socioambiental sustentável corporativa. Rio de Janeiro : Qualitymark, 2011. 156 p, il.</p> <p>PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e cidadania.2. ed. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2004.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>ACSELRAD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro : DP&A, 2001. 237 p. (Espaços do desenvolvimento).</p> <p>DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana; MOREIRA, André de Castro C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 294p, il.</p> <p>MARCOMIN, Fátima Elizabeti; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; USTRA, Sandro Rogério Vargas. Meio ambiente: a sustentabilidade e a contribuição da extensão universitária. Joinville: Ed. Univille, 2011. 174 p, il.</p> <p>SANTOS, Fernando de Almeida. Ética empresarial: política de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>SOUZA, Herbert José de; ACSELRAD, Henri. Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. 127p.</p>

Componente Curricular: Design Thinking

Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p>Ementa:</p> <p>Contextualização do pensamento do design aplicado à educação. Etapas de construção e facilitação de Design Thinking. Construção de modelos utilizando a metodologia de Design Thinking. Design Thinking como metodologia facilitadora de experiências práticas nos espaços de ensino e aprendizagem com foco no estudante. Prototipação de modelos para aplicação. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer os princípios do Design Thinking. Prototipar e construir modelos e soluções criativas para a educação com base no Design Thinking.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>PINHEIRO, Tennyson; ALT, Luis; PONTES, Felipe. Design thinking Brasil: empatia, colaboração e experimentação para pessoas, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>STICKDORN, Marc; SCHNEIDER, Jakob (orgs.). Isto é design thinking de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BROWN, Tim. Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation. New York: HarperCollins Press, 2009.</p> <p>CSIKSZENTMIHALYI, M. Flow: the psychology of optimal experience. New York: Harper and Row. (1990).</p> <p>MELO, Adriana; ABELHEIRA, Ricardo. Design thinking & thinking-design: metodologia, ferramentas e reflexões sobre o tema. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015. 203 p., il.</p> <p>PAIXÃO NETTO, João. Aprender a aprender. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006. 367 p.</p> <p>SCHARMER, Otto. Teoria U: Como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2009.</p>

Componente Curricular: Realidade Virtual e Aumentada na Educação
Área temática: Tecnologias aplicadas à educação
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos de Realidade Virtual e Realidade Aumentada. Dispositivos e interação em ambientes virtuais e aumentados. Técnicas de modelagem de ambientes virtuais. Realidade Virtual não imersiva e imersiva. Tecnologias para desenvolvimento de ambientes virtuais e aumentados. Implementação de ambientes virtuais e aumentados na área da Educação.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Identificar e caracterizar os componentes, a estrutura e as funções de um sistema mínimo de Realidade Virtual e/ou Realidade Aumentada. Compreender como interagem os diversos componentes e desenvolvendo ambientes de Realidade Virtual e Realidade Aumentada. Identificar aplicações de Realidade Virtual e Realidade Aumentada na Educação.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>PEREIRA, Valéria Arriero. Multimídia computacional: produção, planejamento e distribuição. Florianópolis: Visual Books, 2001. 94p, il.</p> <p>VALERIO NETTO, Antonio; MACHADO, Liliane dos Santos; OLIVEIRA, Maria Cristina F. de (Maria Cristina Ferreira de). Realidade virtual: fundamentos e aplicações. Florianópolis: Visual Books, 2002. 94 p, il.</p> <p>PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Multimídia: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, c2000. xv, 321p, il.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>AZEVEDO, Eduardo; HIGGIN, Brian C. Desenvolvimento de jogos 3D e aplicações em realidade virtual. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier: Campus, c2005. 319 p, il. +, 1 CD-ROM.</p>

BIMBER, Oliver; RASKAR, Ramesh. **Spatial augmented reality**: merging real and virtual worlds. Wellesley, Mass: A K Peters, c2005. xiii, 369 p.

CAWOOD, Stephen; FIALA, Mark. **Augmented reality**: a practical guide. Raleigh, NC: Pragmatic Bookshelf, 2008. x, 311 p, il. (The Pragmatic programmers).

GRAU, Oliver. **Arte virtual**: da ilusão à imersão. São Paulo: Editora UNESP: SENAC, 2007. 457 p, il.

KIRNER, Claudio; SISCOOTTO, Robson. **Realidade virtual e aumentada**: conceitos, projeto e aplicações. Porto Alegre: Ed. SBC, 2007. 291 p, il.

Componente Curricular: Educação Maker e Aprendizagem Criativa
Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p><u>Ementa:</u></p> <p>Histórico e popularização da Cultura Maker. Fundamentos pedagógicos do Maker. Maker como inovação no campo educacional. Recursos de informática para o desenvolvimento de modelos de projetos educacionais. Modelagem tridimensional informatizada. Conceitos de prototipagem rápida: softwares e hardwares. Conceitos da aprendizagem criativa. Espiral e os 4 Ps da Aprendizagem Criativa. Micromundos da Aprendizagem Criativa. Planejamento, projeto e desenvolvimento de modelo experimental. Prática pedagógica Maker. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.</p>
<p><u>Objetivos:</u></p> <p>Conhecer os princípios e fundamentos da cultura maker. Compreender o Maker e seus aspectos de inovação para a educação. Identificar fundamentos sobre aprendizagem criativa. Construir modelos com base na cultura maker. Planejar, projetar e desenvolver projetos criativos e inovadores com base na cultura maker.</p>
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BACK, Nelson. Projeto integrado de produtos: planejamento, concepção e modelagem. Barueri: Manole, 2008. xxvi, 601 p, il.</p> <p>CAMPOS, Flávio Rodrigues; BLIKSTEIN, Paulo. Inovações radicais na educação brasileira. Porto Alegre – RS: Penso, 2019.</p> <p>FERRANTE, Maurizio; WALTER, Yuri. A materialização da ideia: noções de materiais para design de produto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. xi, 199 p, il.</p>
<p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>CAMARGO, Fausto F. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. <i>E-book</i>. Desafios da educação.</p> <p>GOMES FILHO, Joao. Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. 2. ed. São Paulo: Escrituras Ed, 2000. 127p, il.</p> <p>LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 7ª edição. Editora Cortez, 2011.</p> <p>MUNARI, Bruno. Das coisas nascem coisas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 378 p, il. (Coleção A).</p> <p>NACCA, Regina Mazzocato. Maquetes & miniaturas. São Paulo: Giz Editorial, 2006. 140 p.</p>

Componente Curricular: Estágio Obrigatório – Espaços Não Formais
Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p><u>Ementa:</u></p> <p>O Estágio como fundamento e tempo/espaço para formação docente. Observação, planejamento, docência e avaliação de um projeto de atuação docente em Tecnologias Educacionais em Espaços Não Formais de Educação. Elaboração de documento reflexivo sobre o estágio. Seminário de socialização e avaliação do Estágio. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<u>Objetivos:</u>

Vivenciar experiências práticas no cotidiano da educação básica e de projetos educacionais de forma a pensar estratégias de desenvolver os conteúdos teórico-práticos, apreendidos na universidade, na realidade de instituições educacionais formais e não formais.

Bibliografia Básica:

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p. (Questões da nossa época, v.71).
 PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular:** a educação é a base. Brasília: MEC, 2017.
 BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação dos professores.** São Paulo: Avercamp, 2006. 126 p.
 BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p.
 PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital:** a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*.
 SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

Componente Curricular: Projeto Integrador VI

Área temática: Tecnologias aplicadas à educação

Ementa:

Projeto integrado interdisciplinar. Identificação de problemas reais. Articulação de conhecimentos específicos dos conteúdos da sétima fase. Proposta e aplicação de uma ação prática interdisciplinar com o uso de tecnologias educacionais. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Práticas de Extensão.

Objetivos:

Articular os conhecimentos específicos dos conteúdos de cada uma das fases para o planejamento de práticas extensionistas relacionadas ao cotidiano de projetos educacionais em espaços formais e não formais.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papyrus, c2012. 143 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).
 MAINGAIN, Alain; DUFOUR, Barbara. **Abordagens didáticas da interdisciplinaridade.** Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 319 p, il.
 PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Editores). **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa.** 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. 783 p. il.

Bibliografia Complementar

GIMENO SACRISTÁN, José Co-autor et al. **Educar por competências.** Porto Alegre: ArtMed, 2015. *E-book*.
 MUNHOZ, Antonio Siemsen. **ABP:** Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. *E-book*.
 PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital:** a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*.
 REZENDE, Eliane Garcia; PEREIRA, Elisângela Monteiro; BRESSAN, Vânia Regina (org.). **Extensão universitária:** diálogos e possibilidades. 1. ed. Minas Gerais: UNIFAL- MG, 2020. 260 p., il.

SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina (org.). **Extensão universitária e inclusão socioeconômica solidária: a experiência da ITCP/FURB**. 1. ed. Blumenau: edifurb, 2021. 175 f., il., 7,86 Mb, PDF.

Componente Curricular: Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Área temática: Pesquisa em educação
Ementa: Iniciação à pesquisa. Produção textual científica. Aspectos metodológicos da pesquisa. Formatação e normas técnicas. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração do Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso.
Objetivos: Vivenciar o processo de iniciação científica a partir dos princípios básicos da pesquisa, desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência.
Bibliografia Básica: LUDKE, M.; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: E.P.U, 2013. 99 p. MÁTAR NETO, João Augusto. Metodologia científica na era da informática . 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. xxviii, 308 p, il. RAUEN, Fábio José. Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação . Palhoça (SC): Unisul, 2015. 668
Bibliografia Complementar ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : Informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : Informação e documentação - trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p, il. MAFRA, Luciana. Panorama de pesquisas sobre as práticas educativas desenvolvidas em tempos de distanciamento social na pandemia coronavírus: memórias nos periódicos científicos brasileiros . 2022. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SALLES-FILHO, Sergio et al. (Coord.). Ciência, tecnologia e inovação: a reorganização da pesquisa pública no Brasil . 1. ed. São Paulo: Komedi, c2000. 413 p. il.

Fase 8

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
Ementa: O ciclo de políticas educacionais ao longo do processo histórico educacional brasileiro. As políticas públicas e as propostas curriculares. A legislação de ensino atual: finalidades, fins, princípios, níveis, modalidades de ensino e direitos educacionais de crianças, adolescentes e jovens. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Refletir os planos atuais de educação a partir dos determinantes contextuais e históricos em relação às políticas educacionais adotadas nas diferentes esferas, níveis e modalidades de ensino, bem como analisar os propósitos de adoção de políticas e a promulgação das diferentes legislações educacionais, avaliando seu impacto nacional, as consequências práticas atuais e possíveis no futuro.
Bibliografia Básica: CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação & Sociedade , Campinas, v. 28, n. 100, edição especial, p. 831-855, out. 2007.

<p>JEFFREY, Débora C. (Org.). Política e avaliação educacional: interfaces com a epistemologia. Curitiba: CRV, 2015.</p> <p>MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo: Editora Cortez, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>APPLE, Michael W., NOVOA, Antônio (org.). Paulo Freire: política e pedagogia. Porto: Porto Ed., 1998.</p> <p>SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (org.). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos. São Paulo: Editora Cortez, 2010.</p> <p>SCHEINVAR, Estela. O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lamparina, 2009.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 20. ed. São Paulo: Editora Papirus, 2020.</p> <p>VOORWALD, Herman J, C. A educação básica pública tem solução? 1.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.</p>

Componente Curricular: Educação Maker e STEAM
Área temática: Processos de ensinar e aprender
<p>Ementa:</p> <p>Origem e conceitos do STEAM. Compreensão da relação interdisciplinar da metodologia. STEAM nos processos de ensino e aprendizagem. Identificação de modelos. Desenvolvimento de projetos na abordagem STEAM. A Educação Mão na Massa. O Design Making. Processos de prototipação. Impressão 3D. Corte a laser, Eletrônica Maker (uso do Arduino e similares). Práticas construtivas. Práticas de Extensão.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer os princípios do STEAM. Compreender a relação interdisciplinar entre os elementos da STEAM. Entender os princípios da educação mão na massa. Criar, construir e desenvolver projetos com base na abordagem STEAM e mão na massa.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BACICH, L.; HOLANDA, L. STEAM: integrando as áreas para desenvolver competências. In: STEAM em sala aula. Bacich,L. ; Holanda,L. (Orgs). Porto Alegre: Penso,2020.</p> <p>FERRANTE, Maurizio; WALTER, Yuri. A materialização da ideia: noções de materiais para design de produto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. xi, 199 p, il.</p> <p>GAROFALO, D.; BACICH, L. Um olhar para aprendizagem socioemocional no STEAM. In: STEAM em sala aula. Bacich, L. Holanda, L. (Orgs). Porto Alegre: Penso,2020.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BACICH, Lilian Organizador; HOLANDA, Leandro (Org.). A aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 recurso online.</p> <p>BLIKSTEIN, P. Digital Fabrication and 'Making' in Education: The Democratization of Invention. In Herrmann, W.; Büching C. (Eds.). FabLabs: Of Machines, Makers and Inventors. Bielefeld: Transcript Publishers, 2013.</p> <p>CAMPOS, Flávio Rodrigues; BLIKSTEIN, Paulo. Inovações radicais na educação brasileira. Porto Alegre – RS: Penso, 2019.</p> <p>DOORLEY, Scott et al. Make space: How to set the stage for creative collaboration. John Wiley & Sons, 2011.</p> <p>DOUGHERTY, Dale. The Maker Movement. Innovations: Technology, Governance, Globalization, v. 7, n. 3, 2012.</p> <p>RESNICK, M. Lifelong Kindergarten: Cultivating Creativity through Projects, Passion, Peers, and Play. MIT Press, 2017.</p>

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso
Área temática: Pesquisa em educação

Ementa:

Execução do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Pesquisa: coleta, análise e interpretação dos dados. Produção escrita: artigo científico. Socialização, avaliação e publicação dos resultados.

Objetivos:

Vivenciar o processo de iniciação científica a partir dos princípios básicos da pesquisa, desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência.

Bibliografia Básica:

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos.** Porto: Porto Ed, [1994]. 336p,

LUDKE, M.; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U, 2013. 99 p.

MÁTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. xxviii, 308 p, il.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação - trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p, il.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação - referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação.** Palhoça (SC): Unisul, 2015.

MAFRA, Luciana. **Panorama de pesquisas sobre as práticas educativas desenvolvidas em tempos de distanciamento social na pandemia coronavírus: memórias nos periódicos científicos brasileiros.** 2022. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022.

5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Quadro 18 – Listagem dos componentes curriculares novos

componente curricular	Depto. proposto
Ensinar e Aprender com Métodos Ativos	EDU
Fundamentos da BNCC e do Currículos Base Catarinense	EDU
Cultura Digital	DSC
Aprendizagem Baseada em Problemas	EDU
Aprender e Avaliar para Competências	EDU
Recursos Educacionais Digitais	EDU
Informática Básica	DSC
Ensino Híbrido e Personalização	EDU
Criatividade e Inovação na Educação	EDU
Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem	EDU
Produção de Conteúdo Multimídia	COM
Projeto Integrador I, II, III, IV, V e VI	EDU
Estágio Obrigatório – Educação Infantil	EDU
Estágio Obrigatório – EF-AI	
Estágio Obrigatório – EF-AF	
Estágio Obrigatório – EM	
Estágio Obrigatório – ENF	
Pensamento Computacional	DSC
Gamificação e Jogos na Educação	DSC
Aprendizagem Baseada em Projetos	EDU
Fundamentos de Programação	DSC
Softwares educacionais	DSC
Programação para Arduino	DSC
Realidade Virtual e Aumentada na Educação	DSC
Design Thinking	EDU
Educação Maker e Aprendizagem Criativa	EDU
Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	EDU
Projeto Trabalho de Conclusão de Curso	EDU
Educação Maker e STEAM	EDU
Trabalho de Conclusão de Curso	EDU

NDE (2023)

6 CORPO DOCENTE

6.1 PERFIL DOCENTE

O corpo docente da FURB compreende professores do quadro, temporários e visitantes,

da educação superior, do ensino médio e da educação profissionalizante, sendo:

- a) Professores do quadro, com vínculo empregatício estatutário, docentes admitidos mediante aprovação em concurso público de títulos e provas;
- b) Professores temporários, com vínculo empregatício celetista, docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme regulamento;
- c) Professores visitantes, com vínculo empregatício celetista, docentes que desempenham atividades específicas, contratados conforme regulamento.

O corpo docente do curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional conta com professores que atuam também em pesquisa nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade, principalmente no PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação e no PPGECIM – Programa de Pós-graduação do Ensino de Ciências e Matemática. O corpo docente também atua em projetos de extensão, conforme detalhado no item que trata da curricularização da extensão.

6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Em relação à formação continuada para docentes, destacamos três importantes aspectos, sendo (i) a universidade como *locus* privilegiado de formação; (ii) a valorização do saber docente; e (iii) o respeito ao ciclo de vida dos professores (Candau, 1997). Nessa perspectiva, a organização das atividades de formação continuada deve partir do contexto real de atuação dos professores que incluem o cotidiano e sua infraestrutura, as experiências e saberes docentes e os sujeitos partícipes dos processos de ensinar e aprender. No âmbito da FURB, a política de formação continuada estabelecida por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012, indica que:

A formação se constitui em ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional que visam à qualificação do servidor para a melhoria do desempenho no trabalho, envolvendo discussões para o aprofundamento, o domínio, as inovações e os procedimentos diferenciados, bem como a ampliação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento pessoal e profissional (FURB, 2012).

Nessa perspectiva, são ofertadas atividades de formação continuada por meio de ações pontuais de curta duração e por meio de Programas de Formação Institucional, ofertados aos servidores docentes conforme demanda, visando proporcionar a qualificação e aperfeiçoamento dos saberes necessários para as atividades dos educadores, agregando conhecimentos que potencializem o desempenho da sua prática pedagógica.

O desenvolvimento dessas ações formativas tem como princípio a valorização humana e busca institucionalizar processos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação, visando atender as demandas gerais e específicas de formação de seus servidores, promovendo, desta forma, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho profissional (FURB, 2016). A FURB ainda mantém disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, vários cursos de curta duração sobre as ferramentas e atividades que os docentes podem utilizar para dinamizar suas aulas e sobre assuntos como metodologias ativas, atividades avaliativas, elaboração de planos de ensino, entre outras.

Além dessas ações internas, a FURB, por meio de editais próprios, incentiva e concede bolsas integrais aos docentes do quadro para cursos de doutorado e pós-doutorado em Programas de Pós-Graduação nacionais e internacionais.

7 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

7.1 COORDENADOR

O Coordenador do Colegiado do Curso deve ser professor que atue em um dos componentes curriculares do curso (Art. 23). O coordenador é eleito diretamente pelos membros do Colegiado com mandato de dois anos permitida uma recondução imediatamente subsequente (Art. 23). As competências do Coordenador de Colegiado de Curso entre outras atribuições estão previstas no Art. 24 da Resolução FURB nº129/2001.

7.2 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001.

7.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar: contribuir para a consolidação do perfil

profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é constituído pelo pessoal lotado nos serviços necessários ao funcionamento técnico e administrativo da Universidade, com cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, podendo ser de nível superior, de nível médio ou do ensino fundamental.

9 AVALIAÇÃO

9.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Conforme PDI (FURB, 2022-2026) “Avaliar é uma ação essencial, porém não deve ser uma ação em si mesma ou o objetivo final da ação pedagógica. Avalia-se o processo que envolve as aprendizagens de discentes, as ações docentes, o andamento do curso. Ao avaliar o processo são produzidas informações que (re)orientam as ações e a própria organização curricular. O ato de avaliar pressupõe o desejo de se buscar informações, a necessidade de refletir sobre as informações obtidas e tomar decisões a partir desses resultados.”

Em relação às funções, a avaliação pode ser classificada como processual, diagnóstica, formativa e somativa, sendo que um mesmo instrumento poderá ter mais de uma função. Por isso, deve-se diversificar os instrumentos para verificar o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa e extensão, utilizados pelo docente e pelos estudantes em processos de autoavaliação. O objetivo é fomentar a aprendizagem a partir de diagnósticos que permitem identificar o estágio em que se encontra o estudante.

A avaliação da aprendizagem do acadêmico tem, portanto, um caráter diagnóstico,

sistemático, para orientar as decisões pedagógicas do professor e situar o estudante quanto ao seu nível de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deverá caracterizar-se como um processo integrado ao ato de ensinar e aprender e não mais, simplesmente, como uma ação burocrática de coleta de dados para atribuição de notas e classificação dos alunos no final de cada semestre de estudo. Assim, compreende-se a “[...] avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias [...]”. (Brasil, 2019, p. 5). Entende-se que a avaliação, com essas características, poderá auxiliar os estudantes no seu processo de formação, com vistas a atingir as competências e habilidades desejadas para um profissional socialmente responsável.

Os objetivos do Curso e dos diferentes componentes curriculares constituem o elemento norteador da avaliação, pois são eles que explicitam as competências (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções) cujo domínio será alvo de análise e reflexão por parte dos professores e dos próprios estudantes para que possam “Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.” (Brasil, 2019, p. 19).

A avaliação poderá ser realizada mediante provas escritas, mas espera-se que preferencialmente seja baseada em observações contínuas, estudos de caso, produção de artigos, resenhas e relatórios, ou por meio de seminários de pesquisas, estudos dirigidos, entre outros instrumentos considerados adequados pelo professor e que atendam as características da disciplina. Entre essas possibilidades, destacamos também, os registros “[...] em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.” (Brasil, 2019, p. 9). Seguindo as tendências educacionais em avaliação, no curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional, a avaliação será processual e contínua, com base em projetos autorais dos estudantes, devendo ser formativa. Deverá ser considerada a presença, participação e colaboração nas atividades, as competências devem ser avaliadas em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos pelos estudantes. O resultado da aprendizagem será representado através de notas de zero a dez, no mínimo três por disciplina e a média final para a aprovação será seis, conforme previsto no Regimento Geral da Instituição. Não atingindo a média de aprovação, o acadêmico estará automaticamente reprovado. As atividades acadêmicas, tais como estágios e

trabalho de conclusão de curso, serão avaliadas mediante acompanhamento e observação in loco e através da análise dos relatórios produzidos.

9.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

9.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

9.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- a) das IESs, através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- b) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- c) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IESs, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;
- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e recredenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;
- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

9.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Não se aplica.

9.3 AVALIAÇÃO DO PPC

Compreende-se que o PPC deve ser avaliado à medida em que é colocado em prática na estruturação do Curso de **Licenciatura em Tecnologia Educacional** e no cotidiano acadêmico. Neste sentido, cabe ao NDE do Curso a avaliação permanente e semestral do PPC, verificando se os objetivos definidos estão sendo cumpridos e adequando-o às necessidades da Universidade e da comunidade por meio da redefinição das ações propostas.

Como forma de acompanhar a implementação do PPC, o NDE definiu, junto ao Colegiado do Curso, a realização de avaliações periódicas que utilizam como base o questionário do estudante do ENADE. A cada semestre deve ser aplicado um instrumento de avaliação por meio do qual os estudantes manifestam suas percepções em relação ao curso. Considerando que o instrumento completo inclui a dimensão de infraestrutura e compreendendo que esta dimensão não se altera significativamente a cada semestre, optou-se por aplicar o instrumento completo anualmente e semestralmente um instrumento parcial, voltado à prática docente, organização didático-pedagógica do curso e oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.

Após aplicado o instrumento, a DPE gera um relatório sobre o qual o NDE se debruça para traçar estratégias visando a solução de possíveis problemas apontados, dialogando sempre com o Colegiado do Curso e mantendo os estudantes a par das ações e estratégias planejadas.

9.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

Conforme Resolução FURB nº201/2017 a avaliação docente deve permitir e fornecer subsídios para a criação de políticas de formação continuada e o acompanhamento das atividades de ensino-aprendizagem do(a) docente deve contemplar:

- a) o cotidiano da sala de aula (relação docente/estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- b) os instrumentos institucionais (planos de ensino-aprendizagem, diários de classe);
- c) a autoavaliação;
- d) o resultado da avaliação institucional (avaliação do ensino pelos(as) estudantes);
- e) a participação em programas de formação didático-pedagógica.

O processo de Avaliação Docente é realizado semestralmente pelos estudantes, através da Pró-Reitoria (PROEN) e Divisão de Gestão de Pessoas (DGDP). Cabe à Coordenação do Curso, acompanhada da assessoria pedagógica, chefia de departamento e DGDP a análise dos resultados e encaminhamentos junto ao Colegiado do Curso e demais instâncias para tomada de decisões. Destaca-se que uma das ações decorrentes da avaliação pelos alunos é a formação continuada dos docentes e o apoio pedagógico permanente oferecido pela PROEN, a partir da presença de assessoria pedagógica em cada Centro.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Neste sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão.

A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor. No período de estágio probatório, conforme definido na Lei Complementar nº 746/2010, o servidor é avaliado de acordo com os seguintes fatores: conduta ética, disciplina, relacionamento interpessoal e eficiência. O processo de avaliação de estágio probatório está regulamentado pela Resolução nº 18/2010.

O mesmo instrumento utilizado para avaliar a implementação do PPC serve de base para acompanhar o desempenho dos docentes no âmbito do curso. Os resultados das avaliações são socializados de forma geral junto ao colegiado para que todos os docentes tenham acesso às informações. As ações decorrentes dependem dos resultados, podendo incluir organização de formações continuadas para os docentes, bem como ações pontuais junto aos discentes quando os resultados apontarem alguma fragilidade no processo de formação.

10 INFRAESTRUTURA

10.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA

Quadro 19 – Estudantes por turma

componente curricular	nº de estudantes por turma
Estágio obrigatório – Educação Infantil	25
Estágio obrigatório – EF – Anos Iniciais	25
Estágio obrigatório – EF – Anos Finais	25
Estágio obrigatório – Ensino Médio	25
Estágio obrigatório – Espaços não formais	25

Fonte: NDE (2023)

O desdobramento de turma no caso do estágio segue legislação específica da FURB que versa sobre a política de estágio e o número máximo de estudantes por professor/a orientador/a. Já para as disciplinas previstas no quadro 20 – Laboratórios didáticos, o desdobramento ocorrerá cumprindo-se as regras de cada Laboratório que, para a turma em andamento, não se aplica devido ao número de estudantes matriculados ser menor que a capacidade máxima de qualquer dos laboratórios descritos no referido quadro.

10.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

Os professores em tempo integral do curso de Licenciatura em Tecnologia Educacional estão também integrados aos programas de pós-graduação da FURB, sendo que seus espaços de trabalho fora de sala de aula estão organizados em salas anexas a cada programa. A coordenação do colegiado do curso tem uma mesa de trabalho exclusiva em sala anexa ao Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, no Bloco I, nº 202, sendo um espaço adequado para atendimento dos estudantes quando necessário.

As salas de aula na FURB são todas equipadas com ar-condicionado, projetor multimídia, caixas de som, possuindo boa iluminação e mobiliário condizente com o número de estudantes. Dada a característica do curso com forte vínculo com as tecnologias e metodologias ativas, muitas das aulas ocorrem em laboratórios de informática e em laboratórios especializados como o EFEX – Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores, LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, Laboratório de Criação, entre outros conforme quadro a seguir.

Além desses espaços, os estudantes ainda têm acesso à estrutura da FURB TV e Rádio FURB, conforme previsto em planos de ensino cujos componentes possam ser enriquecidos no uso desses espaços.

10.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

Quadro 20 - Laboratórios Didáticos

laboratório	sala/campus	componente curricular
EFEX	C 201 Campus 1	Ensinar e aprender por métodos ativos
LIFE	G 206 Campus 1	Cultura digital
LIFE	G 206 Campus 1	Recursos educacionais digitais
LIFE	G 206 Campus 1	Informática básica
EFEX	C 201 Campus 1	Projeto Integrador I

EFEX	C 201 Campus 1	Ensino híbrido e personalização
Laboratório de Jornalismo Digital	S 210 Campus 1	Ambientes virtuais de aprendizagem
FURB TV e Laboratório de áudio	R 123 e R 306 Campus 1	Produção de conteúdo multimídia
Laboratório de criação	R 203 Campus 1	Gamificação e jogos na educação
LIFE	G 206 Campus 1	Pensamento computacional
EFEX	C 201 Campus 1	Estágio Obrigatório – ensino fundamental anos iniciais
EFEX	C 201 Campus 1	Projeto integrador III
LIFE	G 206 Campus 1	Softwares educacionais
Laboratório de computação	S 401 Campus 1	Fundamentos de programação
EFEX	C 201 Campus 1	Aprendizagem baseada em projetos
EFEX	C 201 Campus 1	Estágio Obrigatório – ensino fundamental anos finais
EFEX	C 201 Campus 1	Projeto integrador IV
LIFE	G 206 Campus 1	Acessibilidade e tecnologias assistivas
Laboratório de computação	S 401 Campus 1	Programação para Arduino
EFEX	C 201 Campus 1	Estágio Obrigatório – ensino médio
EFEX	C 201 Campus 1	Projeto integrador V
LIFE	G 206 Campus 1	Realidade virtual aumentada na educação
EFEX	C 201 Campus 1	Educação Maker e aprendizagem criativa
Laboratório de criação	R 203 Campus 1	Design Thinking
EFEX e LIFE	C 201 Campus 1 e G 206 Campus 1	Estágio Obrigatório – espaços não formais
EFEX e LIFE	C 201 Campus 1 e G 206 Campus 1	Projeto integrador VI
EFEX	C 201 Campus 1	Educação Maker e STEAM

Fonte: NDE (2023) / COPLAN – Sistema de Espaço Físico (2023).

Importante salientar que, dadas as características do curso com foco em tecnologias educacionais, mesmo para os componentes que não contemplam carga horária prática, o uso de laboratórios específicos se faz necessário. Isso porque a carga horária teórica desses componentes implica no uso de equipamentos presentes nos laboratórios acima relacionados. Dessa forma, os componentes indicados acima para ocorrerem nos laboratórios, integralizam o total de suas cargas horárias nestes espaços, independente da distribuição desta carga horária

em teórica, prática ou PCC.

Outro ponto a salientar é que, no caso dos estágios, parte da carga horária prática é integralizada no planejamento das propostas, o que também requer o uso do EFEX considerando ser espaço idealizado para formação de professores para atuarem nos Laboratórios Maker que o Governo do Estado de Santa Catarina vem construindo em escolas da rede estadual. As aulas de estágio que ocorrem na FURB são integralmente realizadas no EFEX.

Por fim, compreendemos que, por se tratar de turma de oferta única, o currículo em andamento não prevê desdobramento para uso dos laboratórios, tendo em vista o número de estudantes matriculados nessa turma não exceder a capacidade dos laboratórios. Todavia, na possibilidade de nova oferta, o curso deverá cumprir as normas específicas de capacidade máxima de cada laboratório e efetivar o desdobramento caso seja necessário.

10.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Biblioteca Universitária “Professor Martinho Cardoso da Veiga” é um órgão suplementar da Fundação Universidade Regional de Blumenau, conforme disposto no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Resolução n.º 35/2010, Item IV, Subitem II).

Sua missão é desenvolver e colocar à disposição da comunidade universitária um acervo bibliográfico que atenda às necessidades de informação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotando modernas tecnologias para o tratamento, recuperação e transferência da informação.

Está aberta à comunidade em geral para consultas e permite o empréstimo domiciliar aos usuários vinculados à Instituição, ou seja, discentes, servidores da FURB como também de alunos egressos dos cursos de graduação que estejam cadastrados no programa Alumni. Além de suas próprias coleções, a Biblioteca Universitária acessa importantes bases de dados do país e do exterior com o objetivo de ampliar o acesso à informação aos seus usuários. Através da sua home page (<http://www.bc.furb.br>), a Biblioteca disponibiliza o acesso remoto às suas informações e serviços, possibilitando consultas ao seu catálogo e a renovação das obras emprestadas.

Acompanhando a modernização verificada em decorrência do uso da tecnologia de informação, a Biblioteca Universitária está estruturada para ampliar o acesso à informação online com a oferta de conteúdo em meio eletrônico e para a formação de usuários, habilitando-

os na utilização de mecanismos de busca e dos meios de acesso disponíveis. Neste sentido, nosso catálogo vem ampliando significativamente a disponibilização de conteúdo online por meio da publicação da produção acadêmica, da participação em redes de bibliotecas e do acesso a portais de informação.

10.5 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2016-2020, que traz diversas ações a fim de adequar a infraestrutura da Universidade.

10.6 BIOTÉRIO

Não se aplica.

10.7 PROTOCOLO DE EXPERIMENTOS

Não se aplica.

10.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Não se aplica.

10.9 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.
- BRASIL. MEC/CNE/CP. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. MEC/CNE/CP. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Projeto de resolução das Diretrizes Gerais para Aprendizagem Híbrida**. Brasília, DF: MEC, 2021.
- CANDAU, Vera Maria. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. In: _____ (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Currículo de Referência em Tecnologia e Computação – Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental**. CIEB, 2018.
- FURB. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026. Blumenau, FURB, 2021.
- FURB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020** (revisão 2018). Blumenau, FURB, 2018.
- FURB. Resolução FURB nº197, de 21 de dezembro de 2017. Institui a Política de Internacionalização da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau, 2017. Disponível em <https://www.furb.br/web/4953/servicos/transparencia-furb/consultar-dados/publicacoes-legais>. Acesso em: 11 maio. 2022.
- FURB. Resolução FURB nº60, de 19 de dezembro de 2012. Estabelece a política de formação continuada de curta duração dos Servidores da FURB. Blumenau, 2012. Disponível em: <https://www.furb.br/web/4953/servicos/transparencia-furb/consultar-dados/publicacoes-legais>. Acesso em: 11 maio. 2022.
- SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. **7º Relatório de Avaliação e Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2022.